



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

RESOLUÇÕES DO 7º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

15 a 19 de agosto de 2000
Serra Negra (SP)
Centro de Convenções



VERSÃO PARA IMPRIMIR

- ANÁLISE DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL
 - CONJUNTURA INTERNACIONAL
 - CONJUNTURA NACIONAL
- BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DA CUT
- ESTRATÉGIAS PARA AS AÇÕES POLÍTICAS ORGANIZATIVAS DA CUT
- EXECUTIVA NACIONAL
- DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS
- QUADRO GERAL DO CONGRESSO



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



RESOLUÇÕES DO 7º CONGRESSO NACIONAL DA CUT

15 a 19 de agosto de 2000

Serra Negra (SP) – Centro de Convenções

ANÁLISE DA CONJUNTURA INTERNACIONAL E NACIONAL

Conjuntura internacional

A economia internacional passou por profundas transformações econômicas e sociais nas últimas décadas. Após o esgotamento do padrão de desenvolvimento fundado na industrialização, com forte intervenção do Estado, e no chamado Estado do Bem-Estar Social, a liberalização e a desregulamentação econômicas vêm conduzindo os processos de ajuste das economias nacionais à crescente integração e formação de mercados regionais e mundiais mais abertos.

Os principais aspectos que caracterizam as mudanças na economia mundial são a financeirização da riqueza, a forte expansão dos fluxos de comércio e investimentos, a transformação da base técnica das estruturas produtivas, do comércio e dos serviços, liderados pelas grandes empresas multinacionais, a instabilidade do crescimento, a explosão do desemprego e a concentração de renda entre classes e países.

A financeirização da riqueza e a desintermediação bancária

A crise monetária e do petróleo nos anos 1970 criou uma fantástica soma de recursos financeiros à procura de maior rentabilidade e mobilidade em escala mundial. Essa soma crescente de recursos financeiros gestou o desenvolvimento de novas modalidades de títulos privados dirigidos à alavancagem das operações das empresas multinacionais e ao fortalecimento dos principais mercados, tanto de ações como de títulos, entre os quais o mais célebre é o Euromercado.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



Estima-se que circula diariamente um estoque de mais de 2,5 trilhões de dólares no mercado financeiro internacional (BIS, 1998) do qual a maior parte é representada por modalidades de títulos privados, chamados *commercial papers*, desenvolvidos e transacionados sem a intermediação do sistema financeiro internacional e muitas vezes à revelia dos Bancos Centrais.

O desenvolvimento desse novo mercado de capitais nos anos 1980 transformou-se na principal massa de recursos financeiros que voltou o colocar a América Latina na rota do mercado financeiro internacional.

A expansão do comércio internacional e do investimento externo direto (IDE)

A corrente comercial cresceu 56% na década de 1990. Os países desenvolvidos, que detinham no início da década cerca de 84% do comércio internacional de bens e serviços, apresentaram pequeno recuo para 80% em 1999. Já os países em desenvolvimento aumentaram sua participação no comércio mundial em 83%, revelando uma expansão relativamente equilibrada das exportações e importações, com enormes desequilíbrios entre regiões e países.

A expansão dos Investimentos Externos Diretos (IDE) nos anos 1990 foi muito mais vigorosa que as transações comerciais. Enquanto o comércio internacional cresceu pouco mais de 50%, o crescimento do investimento direto externo foi superior a 301%, e os maiores beneficiários desse processo foram os países em desenvolvimento, para os quais os ingressos líquidos cresceram 482%.

Além disso, esse crescimento do investimento direto externo para os países em desenvolvimento concentra-se na China, Brasil, Coréia do Sul, Taiwan, Malásia, Indonésia, Hong Kong, México e Argentina. A África, parcela do Leste Europeu, Rússia e boa parte da Ásia não foram incluídas nesse ciclo de expansão do crescimento do investimento externo. E, apesar do maior ingresso do investimento direto externo nos países em desenvolvimento nos anos 1990, os países desenvolvidos somam ainda mais de 73% do total mundial, especialmente os EUA.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Essa forte expansão dos investimentos externos diretos para os países em desenvolvimento está vinculada à desregulamentação global dos setores de serviços de telecomunicações, energia, transportes, informática e software, de saúde, previdência, bancos e dos próprios sistemas financeiros domésticos, que até o final dos anos 1980 estavam submetidos a políticas de regulação estatal e ainda contavam com mecanismos restritivos à participação do capital externo na maioria dos países em desenvolvimento.

Além disso, o aumento do investimento direto externo para a indústria de transformação e comércio está relacionado à abertura comercial, especialmente dos países em desenvolvimento, que favoreceu a formação de cadeias produtivas regionais e globais lideradas pelas grandes empresas dos setores de bens de consumo duráveis (veículos, eletroeletrônicos etc.) e das principais agroindústrias da alimentação (leite e derivados, carnes e grãos e derivados) e do comércio, especialmente dos supermercados.

A contrapartida dessa tendência de crescente ingresso de recursos externa é a desnacionalização da matriz produtiva, de bens e serviços, deslocando cada vez mais as decisões estratégicas para além dos limites e do alcance dos estados nacionais, e têm aumentado ainda as transferências externas sob a forma da remessa de lucros e dividendos.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



As maiores fusões do mundo – 1999

Alvo	Comprador	Setor	Valor (em bilhões de dólares)
Mannesmann	Vodafone	Telecomunicações	191,00
Time Warner	AOL	Comunicações	181,94
Sprint Corp.	MCI Worldcom	Telecomunicações	127,27*
Warner-Lambert Co.	Pfizer	Químico/farmacêutico	87,91
Mobil Corp.	Exxon Corp.	Petrolífero	86,40
SmithKline Beecham	Glaxo Wellcome	Químico/farmacêutico	78,38
Warner-Lambert Co.	AHP	Químico	76,06
Citicorp	Travelers Group	Financeiro	72,56
Meritech Corp.	SBC Communications	Telecomunicações	72,36
GTE Corp.	Bell Atlantic	Telecomunicações	71,32
Telecommunications Inc.	AT&T Corp.	Telecomunicações	69,9

*Negócio não efetivado devido a veto do FCC – órgão Antitruste dos EUA.

Fonte: Thomson Financial Securities.

A forte concentração de capitais e a liderança dos setores intensivos em tecnologia da informação e comunicação

O processo de abertura e desregulamentação econômicas em escala global forjou um gigantesco processo de concentração de capitais na década passada, especialmente nos seus últimos anos. Esse processo de aquisições e fusões é distinto daquele dos anos 1970, em razão dos valores envolvidos e



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR

também pela mudança dos setores que estão liderando esse processo.

Segundo a Securities Data, somente no ano passado os processos de aquisições e fusões somaram no mundo mais de 2,3 trilhões de dólares (89% são empresas européias e norte-americanas), o equivalente a cerca de 25% do PIB dos EUA, enquanto nos anos 1970 essa cifra era inferior a 5%. As fusões e aquisições nos últimos anos vinculadas à fantástica valorização na Bolsa de Nova York das empresas intensivas em tecnologia da informação e comunicação (TIC) formaram empresas (Microsoft, AOL, Vodafone, Pfizer etc.) com valor de mercado. Esse valor é maior que o PIB da maioria dos países do mundo, sendo superado apenas pelas dez maiores economias.

Nos anos 1970 a liderança desse processo foi exercida pelas empresas multinacionais do setor automotivo, química básica e petróleo. Já nos anos 1990, a liderança do processo de globalização econômica é exercida pelas empresas mais representativas dos setores intensivos em tecnologia da informação e comunicação (UNCTAD e *Forbes*, 1999), e que estão redefinindo não só a organização da produção e do trabalho, mas também o papel e a organização dos setores econômicos fundados na segunda revolução industrial (complexos químicos e metalmeccânicos) e também o comércio e os serviços.

A maior instabilidade do crescimento e a liderança dos EUA entre os países desenvolvidos

Hoje, pouco mais de três anos após as turbulências cambiais que sacudiram o sudeste da Ásia, a economia capitalista mundial continua marcada pela instabilidade financeira, traduzida agora nas vertiginosas oscilações das bolsas de valores nos EUA. As causas fundamentais daqueles acontecimentos, que abalaram as certezas e evidenciaram o artificialismo do chamado pensamento único, não foram removidas.

O comportamento errático das bolsas e das taxas de juros norte-americanas (que já subiram quatro vezes desde julho do ano passado) tem muito a ver com o déficit mensal de 30 bilhões de dólares nas contas correntes do balanço de pagamentos dos EUA. A necessidade de captar recursos de tal monta para



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

financiar o rombo externo é uma fonte, provavelmente a principal, da recorrente instabilidade do sistema financeiro e monetário internacional e das bruscas mudanças dos fluxos de capital, que afetam sobretudo os países mais pobres. Os desequilíbrios externos da economia dos EUA e, destacadamente, o déficit comercial (em torno de 300 bilhões de dólares anuais) também vêm provocando o acirramento da concorrência interimperialista pelo controle dos mercados entre EUA, União Européia e Japão, bem como do protecionismo norte-americano.

A crise estrutural e sistêmica do capitalismo está concentrando mais a riqueza e gerando mais exclusão

Ao mesmo tempo em que avança e se firma como um sistema imperialista mundial, o capitalismo padece de uma crise estrutural, sistêmica, que corre ao largo dos ciclos produtivos clássicos, embora com eles interagindo, e se manifesta, de um lado, na progressiva redução das taxas de crescimento do PIB e, do outro, na elevação dos níveis de desemprego, fenômenos observáveis em quase todos os países do globo.

A crise também reflete o fracasso do neoliberalismo, que começou a ser implementado no final dos anos 1970, na Inglaterra e EUA, como uma política destinada a maximizar os lucros das multinacionais, reduzindo a intervenção do Estado na economia, abrindo fronteiras a investidores e especuladores e suprimindo direitos previdenciários e trabalhistas, com a promessa de promover um crescimento mais robusto das economias, o que não ocorreu.

A liderança dos EUA na economia internacional exacerbou seu papel de polícia dos interesses imperialistas

A destacada liderança dos EUA no crescimento deve-se às maiores condições que detêm de coordenação dos fluxos financeiros internacionais, da sua liderança nos setores intensivo em tecnologias da informação e comunicação (software, equipamentos de informática e telecomunicações, os serviços de



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

telecomunicações etc.), de outros setores intensivos em tecnologia (química fina, biotecnologia microeletrônica e novos materiais) e do papel que exerceram em transformar o seu padrão de desenvolvimento em regras mundiais para a desregulamentação dos fluxos financeiros, comerciais, de bens e serviços e de tecnologia, especialmente por meio do Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio.

Outro aspecto relevante da atual conjuntura internacional, entrelaçado à crise econômico-financeira, é a crescente ofensiva do imperialismo yanque em todas as esferas e regiões. Com o colapso da União Soviética, as classes dominantes dos EUA ficaram convencidas de que agora são donas absolutas e incontestáveis do mundo. De vez em quando elegem entre os países do chamado Terceiro Mundo uma vítima para seus bombardeios e aventuras bélicas. Promoveram guerras contra o Iraque, Somália, Iugoslávia e mal disfarçam o arrogante objetivo de consolidar sua hegemonia e estabelecer no porrete uma “nova ordem mundial”, sustentada na unipolaridade e em conformidade com os interesses e a vontade da burguesia norte-americana.

O império mantém o já histórico bloqueio econômico contra Cuba; as represálias com base em leis extraterritoriais; eleva as pressões para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas, reitera a proposta de constituição de uma força de intervenção multinacional “em defesa da democracia”, naturalmente liderada por “boinas verdes”, e (devemos manter as barbas de molho) tende a ressuscitar a idéia de “globalizar” a Amazônia.

Cabe registrar o aumento dos investimentos e a “ajuda” militar dos EUA em países como a Colômbia e o Peru, nos quais o Tio Sam anda promovendo freqüentes e indesejáveis manobras militares nas fronteiras do Amazonas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



O aumento da pobreza e do desemprego nos anos 1990 foi maior nos países em desenvolvimento e mais pobres

O predomínio do ideário neoliberal na condução do processo de globalização econômica aumentou a pobreza e o desemprego no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento e mais pobres. Segundo estudos do Banco Mundial (99), metade da população mundial (pouco mais de 3 bilhões de pessoas) vive com menos de 2 dólares por dia, e 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de 1 dólar ao dia.

Excluindo a China, o número de pessoas que sobrevivem com menos de 1 dólar ao dia aumentou de 880 milhões para 980 milhões entre 1987 e 1998. Em apenas 11 anos, mais de 100 milhões foram lançados à condição de pobreza absoluta e 95% desse contingente concentra-se nos países em desenvolvimento e mais pobres. Apesar disso, os EUA, que apresentaram taxas positivas de crescimento durante a década passada, viram a participação dos pobres aumentar de 15% do total da população no final dos anos 1980 para 18% no final dos anos 1990 (BANCO MUNDIAL, 1999).

Os efeitos das políticas neoliberais são, portanto, mais perversos nos países da periferia do sistema, nos quais o processo de abertura indiscriminada das economias e as privatizações agravaram a dependência econômica, os desequilíbrios das contas externas e a espoliação dos monopólios e potências imperialistas.

Constrangidas às amargas e ineficazes receitas impostas pelo FMI, as nações da periferia não conseguem fugir à lógica da estagnação econômica. A América Latina, por exemplo, depois de duas décadas perdidas, ingressou no ano 2000 mais pobre do que em 1982, quando eclodiu a crise da dívida externa.

A “recolonização” da América Latina por meio da dívida externa e abertura financeira e comercial

Diante da crise, os países imperialistas, com EUA à frente, têm intensificado um processo de superexploração, buscando impor uma verdadeira recolonização nos países dependentes, como o Brasil e toda a América Latina. Organismos internacionais, como o FMI e a OMC, têm desenvolvido uma política de





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

rapina sem precedentes e de ataque à soberania desses países, uma ofensiva recolonizadora no terreno econômico, político e militar.

Mecanismos como a dívida externa, abertura comercial e financeira, privatizações e desnacionalização das economias sangram como nunca continentes inteiros, em benefício de um punhado de oligopólios internacionais. O FMI hoje gerencia no cotidiano a condução das economias e os Estados vão perdendo poder. Isto ocorre junto com uma recolonização militar, na América Latina, com a instalação de bases militares e a presença de tropas norte-americanas em inúmeros países. Em nome de um suposto “combate às drogas” ou “defesa humanitária”, sob a condução do Pentágono ou da DEA, os EUA intervêm diretamente nos países.

O comportamento errático dos juros tem muito a ver com o déficit mensal de 30 bilhões de dólares nas contas correntes do balanço de pagamentos dos EUA. A necessidade e agora a dificuldade de captar recursos de tal monta, para financiar o rombo externo são fonte, provavelmente as principais, da recorrente instabilidade do sistema financeiro e monetário internacional e das bruscas osciladas dos fluxos de capitais.

A crise do Mercosul e a mobilização sindical

A crise pela qual vem passando o Mercosul, principalmente após a desvalorização da moeda brasileira, somente pode ser enfrentada fazendo o que sempre defendemos: retomar a integração com uma nova política de complementação econômica, criação de fundos para financiar a reconversão produtiva e respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e da sociedade, ao invés da lógica meramente comercial que tem norteado o processo até o momento.

O movimento social na região foi capaz de conquistar uma série de espaços institucionais, como o Fórum Consultivo Econômico e Social, o Subgrupo 10, o Observatório de Emprego, a Declaração Sócio Laboral e a Comissão Sócio Laboral. Também fomos capazes de promover atividades de mobilização supranacionais, como a Manifestação de Fortaleza em 1996 e o Primeiro de Maio Unificado em Santana do Livramento, fronteira Brasil-Uruguaí, em 1999. No entanto, precisamos avançar para ações coordenadas



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

entre as empresas que atuam no Mercosul, envolvendo nossas organizações por ramos, implementar atividades de organização, mobilização e até de negociações supranacionais. Essa deve ser uma meta para o próximo mandato da CUT Nacional.

O movimento sindical deve rechaçar os acordos feitos entre os governos do Cone Sul para integração econômica – particularmente o Mercosul – e começar a desenvolver formas efetivas de integração entre os trabalhadores e os povos dessa região. O intercâmbio sindical e das experiências das lutas de resistência de nossos países será fundamental para uma verdadeira integração.

A retomada do protagonismo político dos sindicatos

Os últimos cinco anos desta década têm sido marcados por um crescimento da reação sindical às políticas neoliberais. A começar pela vitoriosa greve dos trabalhadores franceses em 1995 contra o plano Juppé, que cortaria fundo os direitos sociais, passando pela Greve Geral igualmente vitoriosa na Coréia do Sul em 1997, contra a reforma da legislação trabalhista que visava eliminar direitos trabalhistas e chegando à greve da empresa UPS nos EUA, que resultou na transformação de 10 mil empregos precários em formais, além de preservar direitos. Há ainda muitos outros exemplos, na própria Europa e mais recentemente na América Latina.

Há renovação igualmente importante no movimento sindical, como, por exemplo, a mudança de direção na central norte-americana, AFL-CIO, em 1995, que tem levado a esforços internos muito grandes para retomar os índices de sindicalização e defesa dos direitos dos trabalhadores (o exemplo é a citada greve na UPS). A criação dos Comitês de Empresa Europeus é outra iniciativa importante para a organização sindical frente aos efeitos da União Européia. A reestruturação da ORIT aqui no nosso continente é também uma contribuição visando construir organizações mais democráticas e fortes para enfrentar o neoliberalismo, uma luta que não pode mais prescindir de sua dimensão internacional.

O movimento sindical do sul vem buscando fortalecer suas visões sobre a conjuntura no debate sindical



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

internacional e para sua voz ser ouvida têm sido construídas várias redes de atuação e intercâmbio, envolvendo centrais sindicais da África, América Latina e Ásia, com uma decisiva participação da CUT, que deverão ser fortalecidas no próximo período. Isso vale também para a política frente às empresas multinacionais, o motor da globalização neoliberal. Enfrentar essas políticas exige capacitação, informação e articulação internacional por parte de empresas. Temos participado de iniciativas em várias delas, mas isso precisa ser acelerado e aprofundado, bilateralmente e multilateralmente, com atuação dos SPIs.

A ascensão desse processo se enfrenta com a mobilização dos trabalhadores e do povo. A campanha do Jubileu 2000 contra o pagamento da dívida externa é parte da manifestação da maior articulação de ações no sindicalismo internacional. Fazem parte dessa campanha a coleta de assinaturas contra a dívida, a proposta de realização de um plebiscito sobre o pagamento da dívida e a pressão pelo perdão da dívida dos países mais pobres, em discussão inclusive nas reuniões do G-7 (países desenvolvidos).

Aliança do movimento sindical com os movimentos sociais

Não vamos derrotar o neoliberalismo sozinhos. O fato de os países membros da OMC não terem conseguido iniciar uma nova rodada de negociações para liberalizar ainda mais o comércio mundial, particularmente na área de serviços, investimentos e compras governamentais, por causa das divergências existentes entre os governos, somado a uma grande mobilização sindical e popular durante a 3ª Conferência da OMC em Seattle, é um indício muito importante do desgaste de 20 anos de políticas neoliberais decorrente do agravamento da pobreza e do desemprego, apesar das promessas do contrário. Para o sucesso dessa mobilização, bem como uma mais recente que ocorreu em Washington durante a reunião da direção do FMI, foi fundamental o trabalho conjunto dos sindicatos, organizações sociais, ONGs, universidades, igrejas, partidos políticos e pequenos empreendedores.

É crescente o consenso entre as forças patrióticas e progressistas de que a crise reflete o fracasso da política neoliberal imposta a diferentes nações para saciar o apetite do capital estrangeiro. Traduz os efeitos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



de uma “globalização” que, anulada nos países ricos pelo protecionismo, serve apenas “para embalar os ingênuos, como o Brasil, e fazê-los abrir seus mercados”, conforme observou o economista Celso Furtado.

É nossa tarefa estender essa iniciativa também no âmbito nacional e continental. A CUT foi uma das entidades que lançaram a Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip), que visa articular o trabalho da Aliança Social Continental (ASC) no Brasil. Esta última surgiu a partir da Conferência de Ministros da ALCA, em Belo Horizonte, em 1997, e da Conferência de Chefes de Estado das Américas em Santiago, em 1998, articulando a oposição à ALCA e a construção de uma proposta alternativa de desenvolvimento econômico sustentável, que considere os interesses dos setores mais vulneráveis da sociedade, bem como o respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Temos de aprofundar essa aliança, trazendo novos atores e temas para o debate, tendo em vista que tende a crescer a massa crítica ao projeto neoliberal, o que abre uma nova perspectiva de avanço na globalização da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Avançar na consolidação da política internacional

Nesse cenário aumentaram as pressões econômicas, políticas e militares dos países imperialistas (com os EUA à frente) sobre os países dependentes e, ao mesmo tempo, a reação popular tem se feito sentir pelos quatro cantos do mundo. Setores com uma plataforma antineoliberal ganharam eleições (Venezuela) ou chegaram perto da vitória (Uruguai). Levantes populares derrubaram governos (Equador, Paraguai). Forças opositoristas disputam o poder com um regime agonizante (Colômbia) ou criam um poderoso pólo de resistência ao neoliberalismo (México).

Na atual disputa em torno do menino Elián, as manifestações de massa em Cuba mostram que a ilha continua sendo uma trincheira da dignidade e do antiimperialismo. Setores da classe trabalhadora dos países capitalistas centrais realizam greves e manifestações de massa, enfrentando as estratégias patronais de precarização do trabalho (UPS e GM, nos EUA; Renault, na Europa). As Marchas Europeias contra o



desemprego, a exclusão e a precarização vêm mobilizando trabalhadores de praticamente todos os países desse continente nos últimos dois anos. Manifestantes do mundo inteiro promoveram a primeira mobilização internacional de massas contra uma das principais ferramentas do imperialismo, a OMC, em Seattle (EUA).

Por diversas vias, os povos manifestam seu descontentamento e sua rejeição ao neoliberalismo. A solidariedade ativa com os povos em luta é um dever do sindicalismo cutista.

A consolidação da política internacional da CUT não pode prescindir de:

- Apoio à unificação das lutas dos trabalhadores da América Latina;
- Fora o FMI da América Latina e o engajamento da Central na campanha pelo plebiscito sobre o pagamento da dívida externa, dentro da estratégia continental do não pagamento dessa dívida;
- Todo apoio à luta do povo equatoriano contra a dolarização, o governo Naboja e o FMI;
- Liberdade para os presos que estiveram no levante de janeiro;
- Fora as tropas norte-americanas da Colômbia;
- Apoio aos estudantes mexicanos da UNAM que lutam pelo ensino público, contra os planos do Banco Mundial. Liberdade para todos os estudantes presos;
- A incorporação da CUT à grande “Marcha Americana” que, saindo simultaneamente do Canadá e do Brasil, percorrerá diversos países do continente até se concentrar na fronteira entre México e EUA em repúdio ao muro erguido pelo imperialismo;
- Dar continuidade à construção da unidade entre diversos setores sociais e políticos de todos os países contra a OMC, iniciada em Seattle, prevendo novas ações coordenadas contra esse e outros organismos internacionais utilizados pelo imperialismo contra os povos.
- Autodeterminação para o Timor-Leste;
- Fora a OTAN do Kosovo;
- Apoio à luta dos trabalhadores de todo o mundo.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CONJUNTURA NACIONAL

O governo FHC expressa uma nova aliança das elites conservadoras tradicionais, que há décadas controlam as decisões, a renda, a propriedade e as instituições no país. Durante o período de industrialização (1930 a 1980), a grande maioria da população foi excluída dos benefícios do crescimento por meio da superexploração, da educação restritiva, da propaganda e do fechamento dos canais de manifestação democrática, inclusive por meio do recurso à ditadura.

Com a crise nos anos 1980, a política econômica adotada foi financeirizar a produção de riqueza para manter os ganhos das elites, mesmo com a economia estagnada. A inflação, as taxas de juros e as dívidas públicas atuaram para expropriar renda do Estado (criando déficits e dando prejuízos às empresas estatais) e da maioria trabalhadora e transferi-la para as elites internas e externas. Pois o governo FHC, que representa os interesses do monopólio, foi eleito para isso.

Nos anos 1990, temendo a possibilidade concreta de ascensão de uma política democrática e popular de sustentação da candidatura Lula, as elites se uniram em torno de Collor e depois em torno de FHC (com propaganda e recursos maciços e com truques eleitorais nem sempre leais), garantindo a manutenção do controle fisiológico da máquina pública para promover o ajuste econômico que lhes interessava, como sócias subordinadas e servis do capital internacional.

O aprofundamento do ajuste neoliberal, iniciado com o governo Collor em 1990 e interrompido com a reação popular que levou ao *impeachment*, foi viabilizado com o Plano Real, seguindo o receituário imposto pelo FMI e impondo uma política econômica de desmonte do Estado e redesnacionalização da economia, resultando na extinção de setores produtivos inteiros, gerando cada vez mais desemprego, o individualismo e a cultura antiassociativa para minar a organização e a resistência dos setores populares.

A integração subordinada à economia internacional se dá a partir de uns poucos círculos produtivos e financeiros já vinculados ao grande capital internacional. Os demais desaparecem ou se rendem ao poder de mercado daqueles. As regiões e setores não internacionalizados são relegados a estados degradantes de



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

pobreza, esgarçando (quase rompendo) não só a estrutura social como a própria integração política da federação. O Plano Plurianual (PPA) 2000-2003, com a criação de corredores que aceleram a exportação dos núcleos de produção escolhidos como prioritários, expressa nitidamente essa orientação.

A CUT realizou no final de 1999 um Encontro Nacional contra a Guerra Fiscal, por decisão de sua 9ª Plencut, que a denunciou como expressão dentro do Brasil da mesma política da globalização que desloca empresas de um país a outro em busca de “vantagens comparativas” (baixos salários e baixo nível de proteção social). A CUT alertou os sindicatos de que não podemos entrar na lógica da “guerra fiscal”, que visa opor trabalhadores e sindicatos de diferentes regiões entre si. Afinal, o que pode oferecer um sindicato como vantagem para uma empresa se instalar em sua região? Diminuir as reivindicações? Prometer trégua e não fazer greve? Rebaixar os direitos dos trabalhadores? É claro que essas são posturas inaceitáveis, que jogam na divisão e destruição da unidade dos trabalhadores para enfrentar seus inimigos.

O combate à guerra fiscal é um combate contra a desintegração da própria nação brasileira, um combate pela unidade dos trabalhadores; portanto, se liga à luta para estabelecer condições de trabalho que eliminem desigualdades salariais e de direitos existentes nas diferentes regiões, à luta por contratos coletivos de trabalho nacionais nas diferentes categorias. A reforma tributária em tramitação no Congresso deverá incluir mecanismos que inibam a guerra fiscal entre os estados. Por esses motivos, o governo FHC não encaminha uma verdadeira reforma tributária.

O desmonte do Estado, com a transferência das estatais para o grande capital, cada vez mais internacionalizado e financeirizado, e a desorganização do serviço público, reduzindo investimentos públicos e gastos sociais, têm resultado no enfraquecimento do poder de intervenção, regulação e dinamização do Estado e no aumento da exclusão social. A ação estatal se restringe a gerar superávits primários que assegurem o pagamento de juros elevadíssimos no financiamento das dívidas interna e externa.

Para isso, cortam-se todos os tipos de gastos e investimentos, demite-se pessoal, vendem-se empresas, entregam-se as concessões de serviços, aumentam-se os impostos e contribuições, extinguem-



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

se os benefícios; enfim, cuida-se de garantir aos especuladores e credores rendimentos financeiros permanentes e crescentes. A Lei de Responsabilidade Fiscal recém-aprovada é a normatização legal dessa opção de política econômica.

A desnacionalização e o desemprego são conseqüências diretas da valorização cambial e da abertura econômica indiscriminada que, juntamente com a adoção dos juros reais mais altos do planeta, contiveram a inflação a partir de 1994, deram duas vitórias eleitorais a FHC e ensejaram os mecanismos descritos no parágrafo anterior. O custo nacional e social, porém, é imenso. A enxurrada de importações dizimou cadeias inteiras de produção, os déficits comerciais externos ampliaram a dependência de capitais, que exigiram altos juros para nos financiar, ampliando ainda mais os déficits e dívidas públicas. A dívida interna saltou de 60 bilhões de reais em 1994 para mais de 500 bilhões de reais em 1999. De juros e encargos anuais foram gastos 140 bilhões de reais no último ano.

O desemprego é superior a 18% na Grande São Paulo (quase 2 milhões de trabalhadores). O crescimento econômico é zero há dois anos. A precarização do trabalho cresce exponencialmente com a destruição do setor produtivo nacional. O capital externo predomina em amplos setores da economia, seja por ter se apropriado de estatais, seja pelas fusões e aquisições de indústrias, lojas e bancos nacionais. Processo que não gera nenhuma divisa, por não ocorrer em setores exportadores: ao contrário, passa-se a exportar juros e lucros para as matrizes internacionais, aumentando nosso déficit externo.

As classes dominantes implementaram o projeto neoliberal no Brasil em resposta à crise da “década perdida” (os anos 1980). Prestes a encerrar a década de 1990, o balanço é francamente negativo: a taxa de crescimento do PIB foi ainda inferior à dos anos 1980; temos uma taxa de desemprego que é o dobro da década anterior, agravada pela explosão do trabalho informal e precário; a economia sofre com um passivo externo crescente (juros da dívida externa, remessa de lucros das multinacionais etc.); a dívida pública interna teve um crescimento explosivo, e ao mesmo tempo em que transfere riquezas para o capital especulativo pressiona o Estado a arrochar os gastos em serviços sociais essenciais.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Os anos 1990 serão lembrados pela fome, a miséria, o desemprego, a violência, o arrocho salarial (com o caso extremo do funcionalismo público com cinco anos sem reajuste de salários), a degradação dos serviços públicos, a concentração da riqueza e da renda, a desnacionalização da economia, a perda do que sobrava de soberania nacional, a transferência de patrimônio público para o grande capital (sobretudo internacional) etc.

Outro engodo monumental aos desfavorecidos foi a justificativa de FHC de que o dinheiro arrecadado pelas privatizações do patrimônio público brasileiro seria destinado a investimentos na área social: saúde, educação etc. Mentira: serviu e serve somente para amortizar juros da dívida pública, que, apesar disso, tem aumentado em volume galopante no seu básico. O desemprego é uma necessidade do capitalismo para manter um exército de reserva de desempregados para baratear a força de trabalho.

A aliança política conservadora praticamente monopolizou os meios de comunicação, as instituições e as decisões políticas, marginalizando e criminalizando os setores críticos e que ofereceram resistência. As reformas administrativa (flexibilização do emprego público), previdenciária (arrocho dos benefícios), econômicas (concessões, privatizações etc.) e “política” (reeleição) se deram por meio de processos legislativos nos quais a maioria governista vetou qualquer possibilidade de debate. No caso da reeleição, não só foram utilizadas promessas de gastos de dinheiro público na base de deputados e senadores como, a partir de gravações clandestinas publicadas pela *Folha de S.Paulo*, houve e há fortes suspeitas de compra de votos de deputados do Acre, para aprovação da reeleição para presidente. A garantia de cargos, de recursos e de poder foi a contrapartida que essa maioria obteve do Executivo desde o início. A oposição teve seu espaço institucional cerceado, enquanto aumentava a repressão às manifestações sociais.

Em 1999, depois de três meses de ataque especulativo que sugou, com a complacência do governo, quase 60 bilhões de dólares de reservas, o real foi maxidesvalorizado. Mais uma vez, os maiores beneficiários foram os grandes bancos, em particular os estrangeiros, que multiplicaram seus lucros, e mais uma vez houve fortes suspeitas de favorecimento ilegal (vazamento de informação privilegiada) a grandes



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR

grupos econômicos, que levaram ao indiciamento do ex-presidente do BC Chico Lopes.

A popularidade de FHC caiu a menos de 10%. A inflação anual dobrou. Vieram a público os esquemas de favorecimento e de corrupção que cercaram as privatizações. Os atritos da aliança governista explodiram, com os aliados tentando demarcar espaços partidários próprios, distintos do governo, que se desgastava aceleradamente.

O ano de 1999 assistiu ao crescimento do movimento social, com manifestações de vários setores, como os caminhoneiros, os agricultores, os sem-terra e diversas categorias sindicais. O ponto culminante dessa reação social foi a “Marcha dos 100 Mil a Brasília”, em agosto, na qual todas as forças políticas e sociais da oposição, reunidas no Fórum Nacional de Luta, demonstraram que havia sido readquirida a capacidade de se mobilizar e de desafiar o governo.

No seio da nossa Central não existe diferença com a palavra de ordem exigindo o “Fora FHC e o FMI”. O governo FHC leva a nação brasileira ao desastre, aplicando fielmente as exigências dos sucessivos acordos firmados com o FMI. Não há saída para o povo brasileiro com a permanência desse governo no poder central do nosso país, pois com essa manutenção se aprofundam o desemprego, a fome e a miséria. Há a destruição dos serviços públicos e de seus servidores; a liquidação das empresas estatais com a privatização, entregando nosso país ao grande capital internacional. Com o quadro apresentado, temos como uma das tarefas prioritárias para este ano o investimento de nossa militância nas disputas eleitorais municipais, denunciando o quadro de cidades com finanças arrasadas pela política econômica que vem sendo adotada pelo governo FHC e seus aliados, o rompimento do pacto federativo e ainda a ausência de uma política urbana nacional.

A ofensiva contra o “projeto hegemônico” representado por FHC inclui a disputa de espaços na mídia, ocupação dos espaços alternativos das organizações dos trabalhadores e outras do campo democrático-popular e, especialmente, a mobilização e organização dos trabalhadores.

Devemos sair deste 7º Concut com as esperanças e a disposição de luta renovadas. Devemos acreditar



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

que é possível derrotar o que representa FHC em nosso país. Todavia, o eixo da política nacional continua a repousar na luta entre o neoliberalismo e sua substituição por um novo modelo que promova o desenvolvimento com inclusão social, democracia e justiça.

Com o resultado eleitoral, mas sobretudo com a iniciativa dos trabalhadores na retomada das mobilizações, fica mais premente a possibilidade de um grande movimento de massa que possa consolidar uma nova opção.

O debate é necessário quanto à forma de se capturar o “elo mais fraco da corrente” que prende FHC ao governo, derrotando sua política, derrotando seus candidatos nas eleições municipais e conseguindo de fato dar concretude à bandeira já aprovada pelo movimento sindical do “Fora FHC”.”

A CUT tem a responsabilidade de levar para as outras entidades sindicais e populares a sua energia para formalização de um programa nacional que pode substituir a orientação econômica atual, vinculado à campanha de “Fora FHC/FMI”.”

Desse programa devem constar, entre outros itens: investimentos públicos capazes de reanimar a economia brasileira, gerar empregos e fazer frente às necessidades essenciais, como saúde, saneamento básico, educação, moradia e transportes públicos.

Rompimento com o FMI e contra o pagamento da dívida externa, estímulo efetivo à produção nacional; transporte e comercialização de gêneros de primeira necessidade para consumo popular a preços controlados; imediata recomposição das perdas salariais para todas as categorias dos trabalhadores; reforma agrária; reforma tributária que desonere os trabalhadores das altas taxações de impostos e se cobre, efetivamente, do capital, o que é devido ao país, com aumento progressivo de impostos sobre a propriedade, os lucros e as grandes fortunas, com combate vigoroso à sonegação, e aplicações massivas desses recursos em políticas sociais.

Com a reforma ministerial de julho, que alçou três empresários para o governo (Tápias, Bezerra e Pratini) e reorganizou a Casa Civil, o governo e seus aliados buscaram uma recomposição. Ao mesmo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

tempo, foram atendidas as demandas dos aliados mais incômodos, que perceberam que o naufrágio do governo os levaria juntos à derrota nas eleições municipais deste ano. Com isso, o governo voltou a obter unidade nas votações parlamentares e fez passar mais medidas amargas do ajuste fiscal e anti-social: fator previdenciário, prorrogação das alíquotas de imposto de renda, desvinculação de receitas da União (ex-FEF), Lei de Responsabilidade Fiscal etc.

Apesar da perigosa fragilidade estrutural que foi instaurada pelo real, permanecendo ainda a ameaça de novas corridas como as do final de 1998 e início de 1999, a desvalorização do real melhorou o desempenho das contas externas, que devem gerar superávit este ano. Está menor a dependência de capitais especulativos para financiar o déficit. Tem entrado mais capital direto, a inflação parece controlada, o câmbio não disparou, os juros continuam muito altos, mas caíram bastante, e há uma perspectiva de crescimento de 2% a 3% este ano, que é muito pouco, mas foge à estagnação dos últimos dois anos.

O governo pretende usar o quadro relativamente melhor deste ano para lançar ofensiva de medidas mais populares (crédito, habitação, obras, refinanciamentos, compensações sociais pontuais etc.) dentro do rígido constrangimento exigido pela Fazenda e pelo FMI, com grandes campanhas de propaganda. Quer obter resultados favoráveis nas eleições municipais para as forças políticas que o apóiam, mas sabe que encontrará dificuldades. As forças de oposição predominam em pesquisas de opinião realizadas no Centro-Sul. No entanto, pressionado pelo FMI, recoloca a ameaça de redução dos direitos do artigo 7º da Constituição Federal, com o verniz de Reforma Trabalhista.

Em grande parte do país o presidente definiu como prioridade o que chama de “segunda etapa” da política neoliberal, a ser implementada nos próximos dois anos, a reforma trabalhista prometida na carta de intenções encaminhada no ano passado ao FMI. O propósito é apagar da Constituição o capítulo dedicado aos direitos sociais (artigo 7º), e suprimir benefícios como o 13º salário, férias de 30 dias e auxílio-maternidade, entre outros, conquistados com muita luta ao longo de nossa história. Com isso ele promete impor um retrocesso inédito nas relações entre capital e trabalho no país, a ponto de revogar o próprio direito



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ao trabalho. Simultaneamente, com o objetivo de dificultar a resistência dos trabalhadores, quer promover o enfraquecimento, a divisão e fragmentação do movimento sindical, abrindo caminho à criação de sindicatos por empresas.

O quadro social, porém, se agrava. Desemprego, queda de renda, precarização das relações de trabalho, desigualdades sociais e regionais, fragmentação dos laços sociais e federativos, concentração acentuada de poder e riqueza financeira nos centros e segmentos internacionalizados, em suma, as mazelas da modernidade neoliberal não cessarão de se aprofundar.

As forças de esquerda têm enfrentado dificuldades para se expressar desde 1994, mas mostraram poder de reação recentemente e têm mantido e ampliado seu capital de votos nacionais desde 1989, além de crescerem em número de parlamentares e executivos locais. Devem obter ótimos resultados nas eleições deste ano.

A excessiva dependência externa inviabiliza o crescimento econômico a taxas compatíveis com as necessidades do país e condena o Brasil (que desde o início dos anos 1980, após a eclosão da chamada crise da dívida externa, já viveu duas décadas perdidas) a uma condição de permanente instabilidade. A perspectiva de novas elevações das taxas de juros nos EUA, por exemplo, impede a redução dos juros aqui e ameaça a precária recuperação econômica verificada nos últimos meses.

A insatisfação popular contra o governo de Fernando Henrique Cardoso, confirmada em diversas pesquisas de opinião, é grande e pode desaguar em poderosas manifestações populares, como ficou evidente na “Marcha dos 100 Mil a Brasília”, realizada no dia 26 de agosto de 1999, sob a coordenação do movimento sindical e orientada pela palavra de ordem “Fora FHC!”. A greve dos caminhoneiros, durante quatro dias (no final de julho do ano passado) ameaçou estrangular o sistema de abastecimento de mercadorias nos centros urbanos. O povo brasileiro não mais suporta as iniquidades patrocinadas por uma elite antipatriótica e subserviente ao capital estrangeiro.”

Conscientes de que a crise não tem solução nos marcos do neoliberalismo, que só pode agravá-la, a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

CUT deve erguer com firmeza a bandeira do “Fora FHC”, aprovada pela 7ª Plenária Nacional, e também lutar por um novo modelo de desenvolvimento econômico nacional, que contemple as necessidades e os interesses dos trabalhadores e do povo e aponte para uma solução mais definitiva dos problemas econômicos e sociais. É indispensável que os trabalhadores adquiram a consciência de que só com a conquista de um novo regime social, o socialismo, estaremos no rumo de um caminho progressista para contornar a encruzilhada histórica à qual as elites governantes conduziram o Brasil.

O povo brasileiro assiste estarecido à apresentação de denúncias de corrupção e tráfico de influências envolvendo o ex-secretário geral da Presidência da República e tesoureiro da campanha de reeleição de FHC em 1998, Eduardo Jorge.

Além sofrer cotidianamente com as nefastas conseqüências da política neoliberal de FHC, como o desemprego e a precarização, o arrocho salarial e a retirada de direitos, o governo quer que os trabalhadores continuem pagando pelos roubos, como os 169 milhões desviados da construção do TRT de São Paulo, cuja responsabilidade é do presidente da República, no mínimo, por nomear pessoas inescrupulosas para o alto escalão de governo.

É preciso dar um basta. Combater o governo FHC é combater o neoliberalismo, e por isso o 7º Concut resolve:

- Articular um amplo movimento de massas e da sociedade para fortalecer a oposição à FHC visando o fim de seu governo;
- Mover uma ação de improbidade administrativa contra Eduardo Jorge e FHC;
- Apoiar a instalação de uma CPI no Congresso Nacional para investigar o envolvimento do presidente da República nos atos de corrupção denunciados.

Esta proposta exige a mobilização dos trabalhadores e o povo nas ruas. Que todos nós, delegados e delegadas a este Congresso, a CUT e seus sindicatos filiados assumamos essa tarefa: “Fora FHC”.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



BALANÇO POLÍTICO E ORGANIZATIVO DA CUT

A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º e 5º Concuts, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido.

Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário e que, em função de suas diferenças, seja de idade, sexo, raça, procedência, escolaridade etc., sofre de forma diferente o impacto do desemprego, da diminuição de direitos e da exclusão.

Assim, nossa atuação é condicionada pela combinação da luta institucional com as lutas de massa e pela atuação em novas frentes, agregando à nossa pauta sindical elementos essenciais para a conquista da plena cidadania, e principalmente construindo uma política de alianças com o movimento social” – sem-terra, sem moradia, e outros setores oprimidos –, e com os partidos políticos de oposição para forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas.

O apoio à candidatura Lula nas eleições presidenciais de 1998 foi a consequência natural dessa definição estratégica. Para os trabalhadores, não era indiferente o resultado das eleições. Na verdade, para retomar o crescimento com distribuição de renda e desfazer a lógica das reformas neoliberais era necessário, e continua sendo, um governo de caráter democrático-popular.

O passo seguinte foi a constituição do Fórum Nacional de Luta (FNL), frente social que congrega movimentos de moradia, partidos políticos, sindicatos e outros movimentos. O grande esforço pela unidade tem garantido o sucesso do FNL, nos dando a certeza que essa é uma aliança não apenas para enfrentar os desmandos de FHC, mas uma aliança estratégica que poderá influenciar decisivamente na construção de alternativas para o nosso país.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





O Fórum Nacional de Luta ainda é uma experiência muito nova, mas já resultou em alguns frutos: o seu funcionamento estimulou ações como o Grito dos Excluídos Latino-Americano, a Aliança Social Continental – constituída no Fórum Paralelo à ALCA, em Belo Horizonte— e garantiu uma Jornada de Luta, em 1999, que culminou com a gloriosa Marcha dos 100 Mil.

Essa atuação tem reforçado o envolvimento da CUT e dos sindicatos nas mobilizações pela educação, saúde e pela terra, como a Marcha da Educação, realizada em outubro de 1999, e o Grito da Terra Brasil, organizado pela Contag, que tem obrigado o governo a negociar pautas amplamente discutidas nos Estados.

Ao mesmo tempo, agregamos à agenda sindical o combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, à discriminação racial, e à luta por um Sistema Público de Emprego, com os sindicatos e a CUT atuando mais diretamente com os desempregados por meio da Central de Trabalho e Renda de Santo André, dos Laboratórios de Desenvolvimento Sustentados e Solidários da CNM/SNM/CUT, e atuando também nos setores mais marginalizados da sociedade brasileira por meio da Agência de Desenvolvimento Solidário.

Nossa mobilização contra o trabalho infantil e o trabalho escravo, como a Marcha Mundial contra o Trabalho Infantil e a Marcha Zumbi dos Palmares, conseguiu pautar a agenda governamental e obrigá-lo a algumas ações concretas. Avançamos também na inserção da questão de gênero no cotidiano dos sindicatos e demais instâncias da Central.

No terreno da organização sindical, infelizmente o balanço das fusões de sindicatos e federações não é positivo, em parte pelos obstáculos da unicidade sindical que permite que grupos de trabalhadores sem representatividade e muitas vezes com apoio de forças externas ao movimento sindical dividam sindicatos (Gravataí, ABC etc.), e em parte também pela dificuldade de superarmos nossas diferenças táticas ou culturais entre as categorias.

No entanto, a discussão da unificação das Federações de Jornalistas e Radialistas, o debate sobre o ramo de Comunicação e a discussão de Sindicato Nacional no Ramo Metalúrgico e no Setor Financeiro, mesmo considerando as dificuldades de implementação dessas propostas, apontam para uma retomada em

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

um novo patamar da unificação das entidades sindicais.

A iniciativa da Executiva da CUT de reforçar o Núcleo de Negociações Coletivas, composto pelas entidades da estrutura vertical e da Executiva, enfrentou dois obstáculos fundamentais: a multiplicidade de datas-base e a dificuldade de tratar a questão salarial em um ambiente de inflação decrescente combinado com a continuidade da estagnação da economia, exceção feita ao primeiro ano de governo FHC (1995). Mas consideramos que a campanha da Ford e a luta pelo contrato coletivo do setor automotivo e outras campanhas desenvolvidas pelos nossos ramos são demonstrações inequívocas do potencial da unificação das campanhas salariais e de campanhas estratégicas desenvolvidas pela CUT.

A ofensiva contra os direitos trabalhistas e os sindicatos impôs também uma pauta defensiva e fragmentada, que limitou as tentativas de unificação das lutas como, por exemplo, a campanha por um reajuste geral de 10% em 1999, que não saiu do papel e chegou mesmo a afetar a própria Campanha de Sindicalização, que, apesar de ter aumentado as filiações, não chegou a deslanchar, ficando longe do objetivo de 500 mil novas sindicalizações.

O percentual de sindicalização na CUT, desde o 6º Concut, caiu de 34,60% para 31,40%. Com exceção dos ramos vestuário, difusão artística e cultural, transporte, rural e técnico, em todos os demais a situação manteve-se a mesma ou houve uma redução do percentual. Até março de 1999, a queda vinha sendo acentuada. A partir dessa data, o percentual médio estabilizou-se em torno de 31%. Fica evidente que a campanha de sindicalização, iniciada em março de 1999, conseguiu estancar a queda, em um contexto de enormes dificuldades nas negociações coletivas, deterioração das condições de vida e trabalho e de queda na sindicalização em praticamente todas as partes do mundo.

Uma avaliação criteriosa da campanha ainda está por ser feita, inclusive porque a sua continuidade é essencial para melhorar o percentual de sindicalização e as condições financeiras de toda a CUT, suas instâncias e entidades filiadas. Mas não só por isso. É preciso também analisar a situação das entidades filiadas em cada estado e em cada ramo, visando localizar os problemas e definir planos de ação para



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

reverter a situação. É inaceitável que tenhamos mais de 150 entidades filiadas à CUT com menos de 50 associados, ou seja, com um contingente muito próximo ao número de dirigentes do próprio sindicato. E há casos em que esse pequeno número de associados ocorre em entidades com mais de 2.000 trabalhadores na base. As instâncias da Central não podem ficar alheias a essa situação.

A evolução do percentual de sindicalizados quites sempre esteve muito abaixo do percentual de sindicalização. Em alguns ramos a diferença é gritante, notadamente profissionais liberais, rurais, comerciários e construção civil. Analisando o percentual médio de sindicalizados quites, verificamos que em alguns ramos houve um aumento significativo, elevando a média nacional da CUT de 21,20% em março de 1999 para 26,21% em março de 2000.

Essa recuperação demonstra que muitas entidades buscaram regularizar a situação de seus associados e que há muito espaço nesse âmbito, fundamental para atingirmos o nosso objetivo estratégico de auto-sustentação, em um cenário bastante desfavorável para os sindicatos.

ESTRATÉGIA PARA AS AÇÕES POLÍTICAS DA CUT

Transformações na economia, no mercado de trabalho e a persistência do modelo sindical corporativo

A eleição de FHC em 1994, embalada no sucesso inicial do Plano Real, acelerou a implementação das reformas neoliberais: abertura indiscriminada às importações, eliminação das políticas setoriais, privatização, reforma da previdência, sucateamento do Estado e de setores inteiros da economia, congelamento do salário do funcionalismo público e ataque às mobilizações sindicais (greve dos petroleiros de 1995). Esse conjunto de reformas amplia os espaços de acumulação de capital e, como veremos mais adiante, escancara as portas do Brasil ao grande capital estrangeiro.

A política de supervalorização do real vai reforçar a perda de dinamismo da indústria nos anos 1990 e a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

conseqüente diminuição do seu contingente de trabalhadores. Em 1989 esse setor representava 15,9% dos ocupados e em 1998 esse percentual cai para 12,4%. Essa queda da participação do emprego industrial no total de ocupados resultou na eliminação de 1,4 milhão de postos de trabalho. Os setores mais atingidos são exatamente os mais afetados pela competição de produtos importados: têxtil, calçados, maquinaria e bens de capital e partes, peças e componentes do complexo eletrônico e automotivo.

A participação dos trabalhadores que se concentram no comércio e nos serviços cresceu de 53% em 1989 para 59% em 1998, e deve-se à expansão da ocupação na educação, saúde e assistência social privadas e prestação de serviços (serviços pessoais, domiciliares, de alojamento e alimentação, reparação e conservação). Já a ocupação nas atividades mais dinâmicas do setor de serviços (serviços produtivos, transporte e comunicação e aqueles relacionados ao sistema financeiro) aumentou sua participação na ocupação total em apenas 1,3%.

O segundo movimento de transformações da economia nos anos 1990, que tem afetado a organização sindical e as relações e condições de trabalho, diz respeito à desconcentração produtiva em importantes setores industriais. Esse fenômeno, até o momento industrial, com a exceção da indústria do turismo, conta com o estímulo da guerra fiscal travada entre Estados e municípios, pela procura de regiões com mais baixos salários, e pela proximidade com os demais países do Mercosul. Esse processo de desconcentração econômica não tem significado uma diminuição da desigualdade regional, muito pelo contrário.

A privatização das empresas estatais nos setores siderúrgico, de mineração, telecomunicações, transportes, bancos etc., associada aos impactos da abertura econômica e da sobrevalorização cambial sobre o valor de mercado das empresas nacionais, resultou em novo processo de internacionalização e desnacionalização da economia brasileira, pondo em risco a soberania e a construção de alternativas de desenvolvimento nacional.

A crescente participação estrangeira nas privatizações é mais um sintoma da desnacionalização acelerada da economia nos anos FHC, resultado da abertura indiscriminada e sem contrapartidas e da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





política suicida de supervalorização do real. Segundo estudos desenvolvidos no Projeto CUT-Finep, o total de Fusões e Aquisições representou 55,6% e 74,2% do total do investimento direto externo em 1997 e 1998, demonstrando que o capital estrangeiro expandiu-se ocupando espaços ou do capital público ou do capital privado nacional. Sua expansão se deu principalmente pela eliminação de concorrentes.

A maior participação da mulher na PEA e a maior precarização das relações de trabalho

No final da década de 1990 as mulheres não só representam uma parcela expressiva da classe trabalhadora

– 41% (PNAD) da População Economicamente Ativa (PEA) – como já representam hoje mais de 50% da PEA nas regiões metropolitanas de Salvador, São Paulo e do Distrito Federal, segundo estudo do DIEESE.

O crescimento da presença da mulher no mercado de trabalho é acompanhado de relações de trabalho mais precarizadas, com um significativo aumento dos empregados sem carteira de trabalho e autônomos e queda dos trabalhadores com carteira de trabalho. Entre 1989 e 1998 o emprego com carteira sofreu uma queda de 44% para 37%, enquanto o índice de emprego sem carteira, trabalhadores domésticos, autônomos e não remunerados cresceu de 51,4% para mais de 58,7% do total de ocupados.

A mudança no perfil e patamar do desemprego

As implicações do processo de abertura indiscriminada, reestruturação e baixo crescimento sobre o mercado de trabalho foram dramáticos nos anos 1990. Além da precarização, o desemprego mudou de patamar e assumiu características de longa duração. Em 1994 – primeiro ano do Plano Real – a taxa de desemprego do convênio Seade/DIEESE para a Grande São Paulo saltou de 14,3% para 19,28%, lançando mais de 2 milhões e suas famílias à exclusão social.

O desemprego nos anos 1990 não atingiu por igual todos os segmentos sociais. Entre 1990 e 1999 a

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



taxa de desemprego cresceu mais entre os homens do que entre as mulheres, apesar de a taxa de desemprego feminina ser muito superior à taxa de desemprego masculina. O desemprego também não atingiu igualmente todas as faixas etárias. A expansão do desemprego nos anos 1990 é maior quanto maior for a idade, apesar de o desemprego ser ainda maior entre os jovens.

Já o tempo de procura de trabalho passou a refletir as crescentes exigências das empresas por maior escolaridade e experiência profissional. Assim, o tempo de procura de trabalho saltou de 16 semanas em 1990 – ano recessivo – para 45 semanas em 1999.

As iniciativas governamentais em flexibilizar a legislação trabalhista e a descentralização ainda maior das negociações coletivas

No campo das reformas trabalhistas algumas das principais medidas foram: eliminação da política nacional de reajuste automático dos salários pelos índices de inflação e a proibição da inclusão de cláusulas nesse sentido nos acordos e convenções coletivas; regulamentação da PLR, prevista no artigo 7º da Constituição sem incidência nas verbas trabalhistas (férias/13º) e sem a participação do sindicato no processo de negociação, derrubada por liminar do STF, ainda sem julgamento do mérito, e a denúncia da Convenção 158 da OIT, que proíbe a demissão imotivada.

Por decreto, o governo limitou o número de dirigentes sindicais nas associações de servidores públicos; desvinculou a correção do salário mínimo dos índices de inflação e criou o mínimo previdenciário desvinculado do salário mínimo; por MP, tentou tornar sem efeito os direitos previstos em convenções e acordos não renovados na data-base (o STF suspendeu a MP provisoriamente); e, por decreto, ampliou as possibilidades de contrato temporário, já previsto em lei, para qualquer atividade da empresa, desde que represente ampliação do quadro; e por último permitiu a anualização na compensação de horas no sistema de Banco de Horas e instituiu o contrato de trabalho em tempo parcial.

Para viabilizar esse plano de reformas o Executivo conta com o apoio do Legislativo Federal e do

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Judiciário. O primeiro, ao custo de favores e propinas, aprova seus projetos e não cria instrumentos para inibir a edição de Medidas Provisórias. O segundo (Judiciário) resgata legislações caducas quando se trata de atacar a organização sindical, como é o caso do artigo 522 de CLT, que limita a imunidade sindical a 24 dirigentes (julgamentos com base no interesse nacional) e usa em larga escala a figura do “Interdito Proibitório”, para inibir a organização livre dos trabalhadores.

Apesar da relativa ampliação da liberdade e autonomia sindicais pós-Constituinte, na década atual, em particular após a posse de FHC, a abrangência das convenções coletivas vem sendo reduzida. A descentralização das negociações coletivas nos últimos anos transformou as convenções coletivas em direitos cada vez mais mínimos e genéricos e o movimento sindical procura ampliá-los nos acordos coletivos por empresa.

As categorias de trabalhadores das empresas públicas e o funcionalismo são o melhor exemplo desse retrocesso, pois é o governo federal que tem dado o tom dos ataques aos trabalhadores. Primeiramente no caso dos petroleiros, categoria duramente atingida na greve de 1995, com uma intervenção branca nos sindicatos (multa milionária imposta pelo TST); e em segundo lugar o funcionalismo federal, sem negociação e reajuste salarial desde 1995.

Hoje, no caso dos bancos federais (CEF, BB e BNB), sem negociação coletiva também há vários anos. No caso do BB, o banco rompeu, unilateralmente, o acordo anterior e decretou um novo contrato. No setor privado, ocorrem uma estagnação do número de cláusulas negociadas no período e uma mudança do conteúdo da negociação, mais defensiva e com crescente número de cláusulas sobre emprego.

As iniciativas governamentais, como é o caso da medida provisória que criou a participação nos lucros e resultados, o contrato temporário e o *lay-off*, procuram reforçar essa “tendência”, induzindo a fragmentação da negociação ao nível de plantas de uma empresa, por meio da constituição de comissões de trabalhadores, preferencialmente sem a participação dos sindicatos.

A redução do número de grevistas e o aumento do número de greves são os indicadores na prática



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



dessa mudança na ação sindical, contraditória com a defesa do contrato coletivo de trabalho e de uma estrutura sindical mais enxuta, por meio das fusões de entidades, feita pela própria CUT. Algumas iniciativas mais recentes de ramos da CUT, como os metalúrgicos, tentam reverter esse caminho.

A economia, o mercado e as relações de trabalho mudaram nos anos 1990, mas a legislação e a estrutura sindical corporativa mantiveram-se intactas

Do ponto de vista da estrutura sindical, não conseguimos romper com o modelo corporativo. A manutenção da unicidade obrigatória, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho incentivou um processo de proliferação de sindicatos, sem representar necessariamente a sua organização.

Para completar o quadro, o mundo do trabalho mudou. A capacidade de intervenção dos sindicatos diminuiu, como consequência de uma reestruturação produtiva que diminuiu a base sindical, ampliou o desemprego, modificou competências e diversificou as formas de contratação, via terceirização, trabalho em tempo parcial, trabalho temporário e recurso ao mercado informal de mão-de-obra.

Decorridos 17 anos da fundação da CUT continuam em vigor muitas de nossas propostas e prioridades estabelecidas no congresso de fundação, em agosto de 1983, e consolidadas ao longo de seis outros congressos e nove plenárias nacionais. Os nossos objetivos e princípios constitutivos continuam válidos e precisam ser reforçados, mas o mundo do trabalho mudou bastante e precisamos responder aos novos desafios.

Essas mudanças já aparecem nos números do cadastro geral da CUT. Cresce a participação dos setores de comércio e serviços nas novas filiações e ao mesmo tempo cai o número médio de sócios quites por entidade, confirmando, ainda que parcialmente, os nossos desafios. Como já foi dito anteriormente, as mudanças na economia e as mutações no mundo do trabalho têm reduzido os efetivos das nossas fortalezas sindicais (metalúrgicos, bancários e indústria em geral) em virtude da desconcentração industrial, da desverticalização e terceirização. Já a fragmentação sindical tem aumentado não só em razão desses

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

fatores econômicos, mas é também induzida pela unicidade sindical por categoria.

Esse quadro é uma ameaça ao crescimento da CUT, em particular, nos setores nos quais nossa representatividade é mais fraca, mas que são ao mesmo tempo as áreas nas quais o emprego mais tem crescido nos últimos anos: comércio e serviços em geral (privado), principalmente pelo obstáculo da unicidade sindical obrigatória, que dá o monopólio de representação para sindicatos antidemocráticos e sem representatividade.

Assim, este congresso tem uma grande responsabilidade: definir um conjunto de resoluções que contenha um plano de ação capaz de, preservando os princípios fundamentais de nossa Central, instrumentalizar o movimento sindical para responder aos grandes desafios da virada do milênio.

Construir uma economia solidária

Diante do aumento do desemprego e da informalidade, os sindicatos cutistas não podem se manter numa posição de omissão na qual a última relação que tem com os trabalhadores desempregados é a homologação da rescisão do contrato de trabalho.

A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas.

Cabe lembrar que o sindicalismo e o cooperativismo surgem de um mesmo movimento, no início da industrialização, quando os trabalhadores qualificados construíram os “clubes de ofícios” (sindicatos) para defender os interesses da profissão e as sociedades de consumo (cooperativas) com vistas a possibilitar o desenvolvimento de trabalho, renda e acesso a produtos mais adequados aos seus associados.

A implementação de políticas alternativas de mercado, por meio da formação de redes e de sistemas de comercialização direta, é indispensável à viabilização dos empreendimentos. A criação de um selo de produtos e serviços da economia solidária é uma estratégia de inserção desse segmento no mercado,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

articulado a mecanismos de estabelecimento de critérios de organização e funcionamento dos empreendimentos.

Nesse contexto, a economia solidária, particularmente as cooperativas, torna-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais. Isso pode ser constatado em muitos países, nos quais o desenvolvimento do trabalho em regime de cooperativas autênticas e de autogestão trouxe crescimento econômico a setores que se mostravam inviabilizados. Isso representou o aproveitamento de trabalhadores excluídos do processo produtivo por idade, escolaridade, problemas de saúde ou seqüelas ocupacionais, gerando com isso melhorias sociais, ganhos de qualidade de vida e cidadania.

Assim, é fundamental contextualizar a economia solidária no campo ou visão de classe da Central. É preciso deixar claro que solidariedade de classe significa, antes de tudo, respeitar conquistas históricas da classe trabalhadora. Nisso, é preciso demarcar uma radical diferença com as práticas do tradicional cooperativismo brasileiro (geralmente agrícola e de prestação de mão-de-obra) e dentro da política direitista do sistema OCB (Organização das Cooperativas do Brasil) e suas ramificações estaduais que, quando não acobertam, promovem a precarização das condições de trabalho, inclusive por meio das “coopergatos”.

Resgatar a solidariedade significa propiciar condições para que aqueles que estão de joelhos, de cabeça baixa, possam estar de pé, num projeto de classe que pretende libertar os trabalhadores do jugo da exploração capitalista.

Sendo assim, uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e de autogestão e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão.

Diante desses princípios teóricos, as principais tarefas da CUT nessa área são: a) continuar o combate



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

sem trégua às falsas cooperativas; b) incentivar a organização de comitês de desempregados por categorias; c) exigir que, ao invés de usar o dinheiro público para empréstimos à privatização, os bancos públicos criem linhas de financiamento e crédito para as cooperativas de produção industrial e rurais e de investimento por parte dos bancos públicos, BNDES e do FAT; d) buscar construir propostas de exigências de apoio às iniciativas de governos estaduais e municipais; e) buscar construir ações conjuntas com as entidades que trabalham nesse campo (Fase, Anteag, MST, Contag, Unitrabalho e Pastorais Sociais e escolas técnicas e populares), com o objetivo de construir mobilizações conjuntas em defesa do emprego e de criação de créditos às iniciativas populares.

A ação sindical deve atuar na construção de um novo cooperativismo popular, como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do trabalho. A criação da Agência de Desenvolvimento Solidário, pela CUT Nacional, em parceria com outros atores sociais, é um passo importante.

Os objetivos dessa agência são a geração de novas oportunidades de trabalho e renda em organizações de caráter solidário e a contribuição à construção de alternativas de desenvolvimento social e sustentável; o fomento aos valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; apoiar a criação e a viabilização de empreendimentos solidários; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias.

A política de crédito da ADS deve ser um instrumento de apoio aos empreendimentos solidários, conciliando aumento de produção e produtividade com ampliação do trabalho, adequado manejo do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida. Deve alavancar potenciais de desenvolvimento local, priorizando áreas menos desenvolvidas e com menor capacidade de autofinanciamento. A organização de um sistema nacional de crédito cooperativo e solidário é fundamental para a viabilização de uma política de crédito democrática e sob o controle dos trabalhadores.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE

A criação de um programa de educação e de pesquisas em economia solidária deverá proporcionar a formação de uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos de desenvolvimento tendo por base a economia solidária e o avanço em conceitos e práticas sindicais e sociais capazes de potencializar os compromissos mais imediatos e de classe da organização dos trabalhadores e dos setores marginalizados e excluídos.

É fundamental, portanto, aprofundar as discussões e o acúmulo de conhecimentos e experiências no tema da economia solidária, que historicamente tem estreita ligação com o ideal socialista, sem nos distanciarmos dos princípios sindicais de luta.

Programa de educação em economia solidária

O 7º Concut decide:

Criar um programa de educação em economia solidária para atender aos dirigentes e trabalhadores, com o objetivo de formar uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar novos processos e alternativas de desenvolvimento, tendo por base a economia solidária e o cooperativismo autêntico.

Realizar levantamento, em nível nacional, das atuais experiências de economia solidária e de cooperativas populares autênticas e de autogestão. Essas informações deverão compor um banco de dados que possibilite a análise das características dos empreendimentos, a orientação de estratégias das políticas de crédito, de incubação etc.

Realizar um encontro nacional com a participação de representantes das experiências de economia solidária e de cooperativas autênticas, para a troca de experiências, organização, e formação de uma rede de comercialização, criação do selo de produtos e serviços da economia solidária.

Articular com os parlamentares comprometidos com os interesses dos trabalhadores uma criteriosa e enérgica intervenção no campo da produção legislativa, visando não somente à erradicação das atuais experiências de falso cooperativismo (cooperativas-laranja, “gatos”, precarização disfarçada etc.), mas



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

buscando conquistar uma legislação inovadora que amplie as possibilidades de avanço das cooperativas, como autênticos instrumentos de organização, autogestão e produção solidária, realmente competitivas, tanto em termos de colocação de produtos e serviços, quanto para assegurar aos cooperados uma distribuição de sobras, proporcional à contribuição do cooperado, direitos, no mínimo equivalentes aos já consagrados na CLT etc.

Buscar atuar com outras iniciativas já em curso, como a Unisol Cooperativas – União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo –, criando a partir do plano regional uma intervenção em escala nacional que concretize as mudanças necessárias na legislação, por meio das mobilizações e pressões políticas.

Viabilizar, com a participação da ADS, linhas de crédito, principalmente junto ao BNDES, que tenham tratamento diferenciado (juros, carência etc.) nos casos nos quais os trabalhadores, organizados em cooperativas autênticas, tenham a intenção de adquirir empresas em dificuldades econômicas, bem como para a constituição de novos negócios, com o claro objetivo de manter e/ou gerar trabalho, renda e desenvolvimento social.

A estratégia da CUT no setor rural

A representatividade da CUT no setor rural tem de estar articulada à dimensão estratégica da agricultura na economia brasileira, à especificidade dos segmentos que formam essa base sindical e ao fortalecimento da Contag como espaço de implementação das políticas da Central no meio rural. Os trabalhadores rurais não são simplesmente uma categoria, mas um complexo conjunto de categorias, historicamente articuladas numa mesma entidade.

São pequenos proprietários, posseiros, parceiros, agricultores familiares com e sem terra, trabalhadores assalariados, todos com demandas específicas e, algumas vezes, bastante diferenciadas. Além disso, os aposentados e pensionistas rurais também estão se firmando como um segmento importante do setor, pelo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

peso da previdência rural na economia dos pequenos municípios. Essa complexidade leva à necessidade de o espaço rural ser tratado como um setor específico dentro da CUT e de uma reestruturação da organização sindical do setor que leve em consideração a sua diversidade.

Uma das mais importantes especificidades desse setor reside no fato de que suas principais bases sindicais são os agricultores familiares. Esse segmento detém a propriedade dos seus meios de produção e, em regime de economia familiar, produz alimentos para o seu consumo e para os mercados, muitas vezes integrados com os complexos agroindustriais. Essa especificidade exige um comportamento diferenciado da ação sindical rural, em relação à urbana, uma vez que as relações capital-trabalho não são imediatas, mas mediadas por outros atores sociais, com ênfase no Estado.

Com a filiação da Contag, a CUT passou a ter sob sua influência direta quase a totalidade de um setor estratégico da economia. É preciso tratar afirmativamente a sua especificidade, de modo a possibilitar um salto concreto na capacidade da CUT em articular alternativas democráticas de desenvolvimento global para o país numa perspectiva de classe. O debate sobre o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e sobre o Fomento a Processos Sustentáveis de Desenvolvimento Local, realizado pelo setor rural, tem reorientado a ação sindical do setor e produzido acúmulos que precisam ser apropriados pelo conjunto da CUT.

Ampliação da base sindical

Os avanços obtidos com a filiação da Contag à CUT precisam ser consolidados por meio da ampliação da base da Central no meio rural. É preciso avançar no processo de filiação de sindicatos e federações, identificando as falhas existentes nas políticas desenvolvidas e as necessidades de mudanças. Paralelamente, é preciso investir na ampliação do número de trabalhadores sindicalizados, incrementando a representatividade das entidades sindicais cutistas no campo.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Organicidade da estrutura sindical

Com a filiação da Contag à CUT (abril de 1995) e a extinção do DNTR (novembro 1995), o setor rural passou por um período de transição em sua organização nacional dentro da Central. É preciso ampliar a participação da Contag, Fetags e STRs filiados no interior da CUT, como forma de expandir o debate sobre a sua consolidação como estrutura orgânica da Central. Esse debate, necessariamente, precisa estar articulado ao debate sobre a organização da CUT por ramos de produção.

Reestruturação sindical

O principal desafio é, no contexto de liberdade e autonomia sindicais, conceber uma estrutura sindical que viabilize a participação e a unidade do conjunto dos trabalhadores na definição e na implementação das nossas políticas. Além do encaminhamento das lutas específicas da sua base, ela precisa ser um instrumento para a formulação e implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e para a construção das alianças necessárias à concretização desse processo.

A pesquisa realizada pelo Projeto CUT/Contag identificou 26 dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento no meio rural brasileiro. Cada uma dessas dinâmicas pode demandar formas específicas de organização sindical, as quais, contudo, precisam ser balizadas pelos princípios gerais políticos e organizativos da CUT. Precisamos definir os critérios que possibilitem a flexibilização da estrutura sindical no campo, de modo a permitir que os trabalhadores se organizem da forma mais adequada ao encaminhamento das suas lutas.

No tocante à regionalização, apesar de o debate sobre a ampliação do poder efetivo do sindicato sempre ter sido vinculado à necessidade de ampliação da base de representação do nível municipal para o nível regional, no meio rural a manutenção da base municipal ou a concentração em sindicatos regionais depende das condições objetivas de cada realidade, devendo ser precedida de um processo de discussão com os trabalhadores na base.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



Organização sindical de base

A distribuição difusa dos trabalhadores no espaço rural traz um paradoxo para a questão da organização sindical de base. Por um lado, ela se torna extremamente difícil. Por outro lado, profundamente necessária para aproximar o sindicato do cotidiano do trabalhador. O debate sobre a organização sindical de base no meio rural deve avançar para além das Organizações por Local de Trabalho, incorporando a idéia das Organizações por Local de Moradia e outros mecanismos e instrumentos que viabilizem uma maior participação da base na vida do sindicato.

Papel das associações e cooperativas

Intervir na organização da produção é uma das principais demandas dos agricultores familiares para o sindicalismo rural. A estrutura cooperativista oficial (OCB) representa os interesses do setor patronal no campo, sendo um dos seus principais instrumentos políticos. A Contag e a CUT precisam incentivar a constituição de estruturas associativas econômicas próprias dos agricultores familiares, as quais possibilitem uma inserção não subordinada da produção familiar no mercado e ajudem na implementação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Por outro lado, é preciso aprofundar o debate sobre as cooperativas. Nesse período, a CUT e suas instâncias não devem impulsionar a criação de cooperativas de mão-de-obra. A CUT simultaneamente realizará campanhas contra todas as cooperativas que sejam instrumento de sonegação e/ou precarização das relações de trabalho (cooperगतos).

Aproximação do setor rural com o setor da alimentação

O processo de integração da agricultura à indústria de transformação determina a necessidade de essa aproximação ser vivenciada desde já, a partir de desenvolvimento de ações conjuntas. Os trabalhadores assalariados precisam desenvolver lutas articuladas com os trabalhadores da indústria da alimentação,

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



assim como os agricultores familiares integrados precisam articular a ação sindical com os trabalhadores da agroindústria, num processo progressivo. É de fundamental importância para a CUT articular a política sindical desses setores como forma de qualificar a ação sindical da Central.

Luta pela permanência na terra

A luta por reforma agrária deve ser acompanhada pela conquista de políticas públicas que garantam a permanência da família na terra. Tais políticas devem garantir as seguintes ações: crédito subsidiado, infraestrutura básica (incluindo a educação pública e capacitação profissional), com vistas ao fortalecimento da agricultura familiar, de onde vem mais de 70% da alimentação da população do país. Tais medidas objetivam inibir o êxodo rural e garantir a alimentação da classe trabalhadora brasileira.

Sindicalismo rural e organizações econômicas da agricultura familiar

Considerando que a intervenção de forma afirmativa nos aspectos da chamada “organização da produção e comercialização” é condição indispensável para o fortalecimento do sindicalismo cutista no meio rural.

Considerando que o movimento sindical precisa incorporar de forma afirmativa as associações e cooperativas (crédito, produção, beneficiamento/transformação e comercialização), como forma de potencializá-las como questão indispensável para a construção de políticas específicas para a categoria.

Considerando que é impossível pensar uma organização da Agricultura Familiar sem pensar na vida familiar e suas relações sociais, econômicas e políticas, e fundamentalmente suas relações de produção. Isso remete a intervenções qualificadas desde o processo anterior a produção, até a chegada dos seus produtos ao consumidor.

Considerando que o ritmo acelerado de crescimento dessas formas de organizações econômicas da categoria, bem como a sua importância, coloca a necessidade da criação de uma organização nacional que

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





trate de forma contundente as suas questões econômicas. Essa organização nacional da produção, além de ser representativa do setor, deverá buscar a efetiva relação com o setor urbano, ampliando as possibilidades da consolidação verdadeira de uma economia solidária.

O 7º Concut decide:

Que a CUT, juntamente com a Contag, busque construir um processo de debate e estudos sobre qual a melhor forma de organização e estruturação das organizações econômicas em âmbito nacional e como estas deverão estar relacionadas com as organizações sindicais.

A CUT e o projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável

Considerando que o atual modelo de desenvolvimento do meio rural brasileiro tem causado efeitos contrários aos preconizados pelos discursos oficiais.

Considerando que hoje, portanto, as ações desenvolvidas pelo sindicalismo devem-se voltar principalmente para a consolidação, expansão e aperfeiçoamento de ações como, por exemplo, o Pronaf e a política de assentamentos, formando com várias outras políticas sociais (educação, saúde, lazer e cultura etc.) uma rede voltada ao fortalecimento da família rural.

Considerando que a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo deve necessariamente priorizar políticas públicas para a agricultura familiar.

Considerando que a reforma agrária e o reordenamento fundiário devem ser instrumentos de expansão e consolidação da agricultura familiar, incluindo novos contingentes de agricultores(as) nesse processo.

Considerando que a afirmação da agricultura familiar é fundamental ao processo de formação de uma sociedade civil no campo, por meio das suas diversas formas associativas, consolidando a democracia, a participação e a cidadania no meio rural.

Considerando que a construção do PADRS – Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável só avançará mediante a combinação de mudanças nas políticas governamentais com as iniciativas da

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

sociedade. Isso coloca para o movimento sindical um duplo desafio: conseguir as necessárias mudanças em políticas e na legislação que constitui a atual forma de organização social rural e simultaneamente impulsionar as ações de base, a partir das quais emergirá o tão almejado desenvolvimento rural sustentável, com a ampliação das oportunidades de geração de emprego e ocupações produtivas centradas na igualdade de oportunidades, resgatando a prática da solidariedade, da cooperação e da eqüidade como força política e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras, concomitantemente ao aprofundamento na interação entre o PADRS e a Agência de Desenvolvimento Solidário— ADS.

Considerando as mudanças introduzidas no meio rural pela reestruturação produtiva e a intensificação das políticas neoliberais, bem como pelas novas demandas surgidas a partir da implantação do PADRS; que essas mudanças têm causado impactos profundos nas condições de vida e nas relações de trabalho.

Considerando que, para responder a essas novas demandas, bem como às necessidades históricas de construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, é fundamental operar mudanças e adequações na estrutura e organização sindical que possam potencializar a implantação do PADRS e derrotar o projeto neoliberal no campo.

O 7º Concut decide:

Que no processo de implantação e aprofundamento do projeto devem ser levadas em consideração as realidades locais e regionais, articulando o rural e o urbano, bem como as atividades agrícolas e não agrícolas. O resultado deverá ser um documento que desenvolva pilares mais gerais, baseados em princípios orientadores do que entendemos por desenvolvimento sustentável, mas ao mesmo tempo contemplando a diversidade e as prioridades de cada uma das regiões e Estados brasileiros;

O projeto deverá ser massificado, chegando ao conjunto do sindicalismo rural e urbano e da sociedade brasileira. As diversas instâncias do movimento sindical rural deverão participar desse debate, pois é no nível local que se consolidam os processos de desenvolvimento;

Buscar efetivar o maior número possível de experiências de desenvolvimento local, a partir dos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

princípios gerais do PADRS. Essas experiências, além de irem consolidando nossas propostas, vão nos subsidiando para ajustes necessários no projeto mais geral.

Os processos formativos são fundamentais na implementação do PADRS. Para isso, essas atividades formativas, desenvolvidas principalmente pela Contag, devem primar pela consolidação das bases do projeto nas organizações de base e nas microrregiões. Qualificar o programa de desenvolvimento local sustentável é tarefa fundamental.

8º Congresso da Contag

Considerando que a consolidação da implantação do PADRS passa pelo fortalecimento do projeto cutista no campo, representado pela Contag, federações e sindicatos.

Considerando que o 8º CNTTR é um momento importante para a afirmação desse projeto e da representação dos trabalhadores rurais na CUT.

O 7º Concut decide:

Que os cutistas deverão buscar uma ampla unidade objetivando a construção de uma direção representativa, com setores aliados que tenham como proposta programática o fortalecimento do PADRS e do projeto cutista na Contag;

Ter uma estratégia e plano de enfrentamento às políticas neoliberais. E uma política favorável à implantação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS.

Os cutistas deverão buscar o reconhecimento e filiação das organizações diferenciadas hoje existentes no meio rural à estrutura organizativa da Contag.

Faz-se necessário o envolvimento dos militantes cutistas e da Direção Nacional da CUT no processo de discussão do 8º CNTTR.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





Estrutura organizativa dos rurais da CUT

Considerando que a diferenciação entre as categorias de trabalhadores no meio rural é uma realidade. Considerando que a constituição e a consolidação da organização da agricultura familiar, representada nacionalmente pela Contag, são a estratégia na qual devemos apostar e que precisamos de uma organização ágil, articulada, com planejamento e organização, que consiga responder eficientemente às atuais demandas.

Considerando que precisamos de uma organização que dê identidade à agricultura familiar, independentemente da instância. Essa identidade permitirá a consolidação da organização como um ator, perante a sociedade, dando maior e melhor visibilidade às nossas propostas e ações.

Considerando que as diferenciações estabelecidas nos processos de relação entre capital e trabalho conformam duas grandes categorias no setor rural – a categoria da agricultura familiar e a dos assalariados. Essa conformação exige formas de atuação muito diferentes, com tratamentos e organizações peculiares à realidade de cada uma delas; portanto, a construção de uma organização que contemple essa diversidade se faz fundamental.

O 7º Concut decide:

É necessário constituir uma organização específica dos agricultores familiares que congregue as organizações de cooperativas, crédito, produção, comercialização e distribuição que, com segmentos correlatos, como por exemplo o segmento de assistência técnica e extensão rural (Faser) e de pesquisa (Sinpaf), aponte na direção da construção do ramo da Agricultura Familiar.

Os assalariados do setor rural deverão, portanto, trabalhar para compor uma organização específica que atenda à sua realidade.

Organizar esforços para fortalecer a organização de base do sindicalismo rural, a exemplo dos grupos de produção no Sul e os GPMS (Grupos de Produção e Mobilização Social) no Estado do Pará.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



As negociações por salários e melhores condições de trabalho

Reestruturar o núcleo de negociações coletivas da Executiva Nacional

Reforçar e qualificar nossa ação sindical na negociação por salário e melhores condições de trabalho.

Considerando que, a desvalorização do real trouxe um certo alívio para a produção, que tende a uma recuperação a curto prazo.

Considerando que para continuar com a política de ortodoxia monetária, o salário baixo e a flexibilização de direitos passam à condição de novas âncoras da política econômica.

Considerando que diante do desgaste do modelo atual e da queda dos índices de popularidade do governo as condições para a mobilização sindical estão melhores.

Considerando as mudanças no mercado de trabalho e nas negociações coletivas decorrentes das estratégias empresariais e a descentralização setorial induzida pela guerra fiscal.

O 7º Concut decide:

Reestruturar o Núcleo de Negociações Coletivas da Executiva Nacional para permitir um melhor acompanhamento e participação da CUT e suas seções estaduais nas negociações dos diversos ramos de atividade.

Preparar um plano nacional de capacitação dos dirigentes sindicais para a negociação coletiva.

Realizar um Seminário Nacional da Estrutura Vertical, após o Congresso Nacional da CUT, para debater e encaminhar uma Mobilização Nacional conjunta por melhores salários, e que incentive a organização de campanhas por Contratos Coletivos Nacionais nas categorias, como petroleiros, bancários eletricitários, correios e aeroportuários dos ramos ou de setores, a exemplo da Campanha dos Metalúrgicos do setor automotivo.

Discutir uma proposta de mudanças nas legislações federais e estaduais, particularmente nas legislações tributárias, que impeçam a continuidade da guerra fiscal.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE

Luta contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho

Construir uma Ampla Mobilização Contra o Desemprego, a Demissão Imotivada (pela Ratificação da Convenção 158 da OIT) e pela Redução da Jornada de Trabalho sem Redução de Salário.

Considerando o contínuo aumento das taxas de desemprego, que no último ano alcançaram o patamar de 20% na Grande São Paulo, decorrente da política recessiva do governo.

Considerando a alta taxa de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro, mais de 30% ao ano, e a inexistência de uma legislação que iniba a dispensa imotivada.

Considerando que a década de 1990 assistiu a uma brutal informalização do mercado de trabalho, com uma redução entre 1991 e 1998 de mais de 2 milhões de empregos no setor formal e um aumento no mesmo período de 1,5 milhão de empregos no setor informal.

Considerando que a produtividade da economia não parou de crescer nos últimos anos (mais de 50% na indústria de transformação/CNI), mas que ao mesmo tempo um número cada vez maior de pessoas trabalha mais de 44 horas semanais.

O 7º Concut decide:

Que para os próximos três anos a CUT eleja como uma de suas prioridades a luta pela redução de jornada de trabalho sem a redução dos salários. Imediatamente após este Congresso, a CUT e os seus sindicatos filiados devem jogar todos os seus esforços para trabalhar com proposta de emenda popular pela redução de jornada para 40 horas semanais, apoiada pela Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e União Sindical Independente (USI).

A CUT deverá também realizar uma campanha de âmbito nacional pela ratificação da Convenção 158 da OIT, denunciando as altas taxas de rotatividade da mão-de-obra brasileira e pela revogação das medidas legislativas e administrativas que incentivam a desregulamentação da jornada de trabalho e a informalidade.

Considerando a grande diversidade, hoje, de trabalhadores em ciclo contínuo, servidores públicos e os que trabalham em regime de 44 horas.



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





O 7º Concut decide:

Na luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a CUT deverá orientar os sindicatos para que nos processos de mobilização e negociação se trabalhe prioritariamente com a idéia de que a redução da jornada de trabalho seja de 10%, transformando isso em horas semanais ou anuais. Dessa forma, todos estarão envolvidos nessa luta, apontando, em médio prazo, uma redução da jornada anual mais significativa para multiplicar o efeito de geração de emprego.

Política para o banco de horas

A CUT posiciona-se contra o banco de horas e as horas extras

Considerando que o mecanismo conhecido como Banco de Horas – nome dado à flexibilização da jornada de trabalho – faz parte de uma ofensiva mais geral de desregulamentação das relações de trabalho visando reduzir o “custo do trabalho”, que hoje se desenvolve em escala mundial em nome da necessidade de “competitividade das empresas” diante do mercado “globalizado”.

Considerando que para o empresariado a implantação do Banco de Horas, ou Jornada Flexível, visa essencialmente reduzir os custos da força de trabalho em função da competição no mercado, buscando adaptar a jornada às oscilações da produção e da demanda. Vem daí uma crescente pressão patronal para incluir em acordos e convenções coletivas a flexibilização da jornada de trabalho.

Considerando que para os trabalhadores – além do fator de desorganização de sua vida provocada pela jornada “flexível” (folgas imprevistas, trabalho aos sábados e domingos, sobrejornada etc.) – deixa-se de pagar horas extras efetivamente trabalhadas (para além da jornada legal ou da jornada estabelecida por convenção ou acordo coletivo), que passam a ser compensadas por folgas distribuídas ao longo do tempo.

Considerando que tal como proposto pelo governo, na Medida Provisória 1709/98, o Banco de Horas,

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

com o período de compensação por folgas estendido para 12 meses, configura-se como um fator gerador de desemprego, pois a sobrejornada barata desestimula a geração de novos empregos e se abre a possibilidade de um ainda maior enxugamento da força de trabalho empregada.

Considerando que para impor a “jornada flexível de trabalho” as empresas necessitam comprometer os sindicatos com a assinatura de acordos ou convenções coletivas que prevejam esse mecanismo e os patrões querem essa “parceria” com o objetivo de fazer os trabalhadores aceitarem a lógica da “redução do custo do trabalho” sem resistência.

O 7º Concut decide:

A CUT organizará uma campanha nacional unificada para acabar com o Banco de Horas e as horas extras. Essa campanha deverá ser iniciada por encaminhar às suas instâncias e sindicatos filiados uma clara posição de combate à implantação do Banco de Horas e do uso abusivo de horas extras pelo patronato, fazendo suas as conclusões do seminário nacional “A Estratégia da CUT em relação ao Banco de Horas” (10/11 de outubro de 1998, SPS)

Por um sistema público de emprego

Avançar na construção de um sistema público de emprego

Considerando que somente em 1975 foi criado o Sistema Nacional de Emprego (Sine), que, apesar da assinatura da Convenção nº 88 da OIT sobre Sistemas Públicos de Emprego, não assumiu um papel estratégico e funcionou em grande medida como agência de caráter clientelista.

Considerando que só em 1986 foi implementado um programa de seguro-desemprego, estabelecendo como fonte fixa de financiamento o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – e contando com gestão tripartite – para os gastos com esses benefícios e as demais políticas de emprego.

Considerando que o Brasil dispõe hoje de um conjunto de políticas de emprego que apresenta baixa



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



eficácia e baixa capacidade de promover justiça social em virtude tanto da completa desarticulação entre as mesmas como do contexto de extrema concentração de renda e crescente precarização do mercado de trabalho.

Considerando que a partir de 1995 o FAT passou também a conceder financiamentos a pequenos produtores rurais e microempreendedores urbanos (Proger) e a investir em planos de requalificação profissional.

Considerando que ainda não possuímos no país um Sistema Público de Emprego.

Considerando o sistemático desvio de recursos das políticas de emprego, renda e qualificação profissional para financiar o crescente compromisso do governo de FHC com os juros da dívida pública interna e externa.

Considerando que as políticas de emprego executadas em âmbito estadual são, na grande maioria dos casos, desarticuladas. O trabalhador que recebe seguro-desemprego geralmente não é enviado a programas de requalificação profissional, muitas vezes não tem acesso aos financiamentos do Proger, não sabe que o Sine do seu estado dispõe de um serviço de intermediação de mão-de-obra e assim por diante.

Considerando a falta de uma definição estratégica sobre a distribuição das responsabilidades entre União, estados e municípios e acerca do papel que os atores sociais e patronais – presentes nas comissões municipais e estaduais de emprego – devem ter na construção de um Sistema Público de Emprego.

Considerando que há correntes do sindicalismo dispostas a transformar essas políticas numa nova empreitada de negócios e também outros setores que, comandados pelo pragmatismo conservador, preferem continuar apostando na prática sindical dirigida pelo corporativismo e economicismo.

Considerando ainda que a construção do Sistema Público de Emprego depende do desempenho mais geral do mercado de trabalho. Taxas de desemprego nas alturas e crescente precarização do mercado de trabalho não podem ser revertidas apenas com políticas de emprego locais e regionais.

O 7º Concut decide:

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Apoiar a iniciativa do deputado Avenzoar Arruda (PT/PB), que luta pela implantação da CPI do FAT no Congresso Nacional.

Defender a criação de um verdadeiro Sistema Público de Emprego, capaz de articular um conjunto de iniciativas e programas fornecidos de modo integrado ao trabalhador, fundado em princípios e recortes metodológicos que estimulem a plenitude do desenvolvimento cidadão.

A construção de uma proposta alternativa de Sistema Público de Emprego deve levar em consideração inovações em três dimensões das relações entre o Estado e a sociedade no que se refere à estruturação e execução de políticas de emprego:

- a primeira é o envolvimento direto de entidades sindicais na gestão de políticas de emprego, trabalho e renda, que por si só representa uma grande inovação, nesta década, para as relações do sindicato com a sua base social e com os desempregados, mas representa também a criação de mecanismos dirigidos a desenvolver maior controle social;

- a segunda dimensão é a oferta articulada dos programas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, educação e requalificação profissional, microcrédito, incubadoras de empresas, cooperativas de produção e populares e de iniciativas de estímulo ao primeiro emprego;

- a terceira dimensão é o papel complementar que as iniciativas de espaços públicos não estatais devem ter com a execução das políticas estatais de empregos dos municípios e dos governos estaduais. O Estado deve participar da execução de todas as iniciativas e dividir a responsabilidade com os atores organizados da sociedade, especialmente os sindicatos dos trabalhadores, na definição, acompanhamento, avaliação e sugestões de mudanças de rumos das políticas e programas.

Para isso, devemos lutar desde já pela complementaridade entre ações nas áreas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra, requalificação profissional, microcrédito (Proger e Bancos do Povo), de um lado, e entre estas e uma nova política de desenvolvimento econômico com distribuição de renda. A Central Única dos Trabalhadores deve ser protagonista dessa agenda, formalizando ações e



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



programas articulados de políticas de emprego e resgatando a importância de se construir o Sistema Público de Emprego.

Participação da CUT no Fórum Nacional de Lutas

Fortalecer o FNL

Fortalecer o Fórum Nacional de Luta (FNL) e uma política de alianças com os setores da sociedade brasileira que se opõem às políticas neoliberais.

Considerando que a atuação da CUT sempre se pautou pela combinação da luta de massas com a luta institucional.

Considerando a definição pelo 4º, 5º e 6º Concuts de uma estratégia de resistência propositiva e de uma política de alianças com os movimentos sociais e com os partidos políticos de oposição para forjar uma alternativa ao governo neoliberal e suas políticas.

Considerando que na constituição do FNL a CUT teve um papel decisivo, e que a ação do mesmo tem se mostrado estratégica para enfrentar os ataques contra os direitos dos trabalhadores e a democracia, apoiando e participando das mobilizações pela educação, saúde e pela terra, como a Marcha da Educação realizada em outubro de 1999, e o Grito da Terra Brasil, organizado pela Contag, mas particularmente na construção da “Marcha dos 100 Mil” de agosto de 1999.

Considerando a disputa eleitoral e de projetos que está colocada nas eleições de 2000 (municipais) e 2002 (gerais e presidencial), nas quais mais uma vez a construção de uma alternativa real ao neoliberalismo será decisiva para reverter a atual situação do país.

O 7º Concut decide:

Reforçar a participação da Central no FNL nacionalmente e nos Estados, para que esse espaço

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



estratégico de unidade assuma cada vez mais seu lugar de Frente Social Antineoliberalismo.

Reforçar a ação do FNL na organização e realização do Plebiscito Nacional Sobre a Dívida Externa.

Discutir no Fórum uma plataforma mínima da cidadania para as eleições municipais de 2000, já apontando para um grande debate preparatório à disputa de projetos representada pelas eleições presidenciais de 2002.

Política de relações internacionais

Assumir um papel protagonista no movimento sindical internacional

Considerando que para a Central assumir papel protagonista no movimento sindical internacional, defendendo nossas propostas de reforma do movimento sindical mundial, fortalecer as relações sindicais sul-sul, fortalecendo o trabalho do Observatório Social da CUT e as ações dos ramos frente às empresas multinacionais, aprofundando nossa intervenção política frente às Instituições Multilaterais e suas políticas, e diante dos acordos de integração e comércio, desenvolvendo maior participação em relação às iniciativas em defesa da autodeterminação dos povos e em defesa dos direitos humanos e sindicais.

O 7º Concut decide:

Elaborar e debater uma proposta de reformulação das políticas e estruturas da CIOSL, suas instâncias e organismos, bem como dos SPIs, para ser levada ao “Debate do Milênio” promovido pela própria CIOSL.

Implementar mais redes de intercâmbio sindical, bilaterais e multilaterais, com entidades politicamente afins da CUT na América Latina, África e Ásia.

Desenvolver mais campanhas internacionais com a participação dos ramos da CUT em defesa dos direitos básicos dos trabalhadores nas empresas multinacionais, bem como do estabelecimento de regulamentação de atuação das mesmas.

Desenvolver mais programas de capacitação de dirigentes e ativistas frente às instituições multilaterais.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Desenvolver campanhas visando forçar o governo a mudar sua política frente às instituições multilaterais e aos Acordos de Livre Comércio.

Promover uma campanha pelo fim do embargo dos EUA a Cuba.

Promover uma campanha de apoio à reconstrução do Timor-Leste e organização do movimento sindical desse país.

Construir a Rede de Defesa dos Direitos Humanos e Sindicais da CUT.

Impor condicionantes sociais nos empréstimos multilaterais

Considerando que o Grupo Banco Mundial e o Banco Interamericano (BID) têm muitos empréstimos no Brasil que afetam diretamente as condições de vida dos trabalhadores.

Considerando que por meio de muitas lutas em várias partes do mundo se conseguiu incluir nesses empréstimos condicionantes que obrigam respeito à comunidade, trabalhadores ou meio ambiente envolvidos.

O 7º Concut decide:

A CUT Nacional deverá orientar as Estaduais da CUT para ser iniciado um trabalho de levantamento e acompanhamento de todos os empréstimos feitos por esses organismos com o intuito de poder usar os canais à disposição para defender interesses sociais e ambientais envolvidos.

Cabe à CUT nacional, com outros setores da sociedade organizada na Rede Brasileira sobre as Instituições Financeiras Multilaterais, lutar permanentemente para ampliar esses condicionantes.

Ciência e tecnologia

Considerando que as instituições de pesquisas científicas e tecnológicas devem contribuir para romper as desigualdades sociais e superar as alienações individual e coletiva.

Considerando que as mesmas devem reger-se pelos princípios de indissociabilidade da pesquisa,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





ensino e extensão, garantindo uma interação permanente com a sociedade e o mundo do trabalho.

Considerando que a Política Nacional de Ciência e Tecnologia é fundamental ao desenvolvimento industrial e do mercado interno.

O 7º Concut decide:

A CUT deve iniciar um processo de discussão com as entidades filiadas e com a sociedade civil sobre os rumos da ciência e tecnologia no país.

A CUT deve se mobilizar pela aprovação do Plano Nacional de Pós-Graduação.

A CUT deve realizar seminários estaduais e nacionais, com a participação de institutos de pesquisa públicos e universidades, visando constituir um projeto de pesquisa, ciência e tecnologia dos trabalhadores.

Política de sindicalização

Campanha de sindicalização

Considerando que a campanha de sindicalização

“Somos fortes, Somos CUT” conseguiu manter em evidência a necessidade de uma campanha permanente, envolvendo todas as instâncias e entidades filiadas à CUT.

Considerando a necessidade de reestruturá-la, contemplando inclusive o objetivo de aproximar o percentual de sócios quites do de sindicalizados.

O 7º Concut decide:

A próxima Executiva Nacional deverá estabelecer objetivos em novas campanhas a serem realizadas até o 8º Concut. Ao definir seus objetivos e metas, a direção deverá considerar:

- a necessidade de expansão da CUT nos setores e regiões nos quais mais tem crescido a ocupação na última década e nos quais esse crescimento tende a se acentuar;

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

- a necessidade de um trabalho específico, articulado com as direções dos ramos e das Estaduais da CUT, visando elevar significativamente a sindicalização naquelas entidades cujo percentual encontra-se muito abaixo da média existente na CUT;

- a necessidade de que seja realizado um plano de ação articulada entre os ramos e as Estaduais visando elevar o percentual de sócios quites, aproximando-os do percentual de sindicalização, elevando dessa forma a capacidade de arrecadação de todo o sistema;

- que as plenárias e o próximo Congresso da CUT sejam considerados como ponto de chegada das campanhas a serem realizadas, possibilitando um amplo debate nessas instâncias do trabalho realizado e dos novos objetivos a serem estabelecidos;

- que no período entre o 7º Concut e a próxima plenária as entidades que alcançarem a meta de crescimento de 10% sobre o percentual de associados existente em março de 1999 sejam contempladas com o certificado e o brinde entregues neste congresso.

Organização sindical e estrutura organizativa da CUT

Combinar a luta por liberdade e autonomia sindical e a ratificação da Convenção 87 da OIT

O projeto cutista surgiu da necessidade de unificação das lutas dos trabalhadores, da cidade e do campo, visando possibilitar um salto de qualidade em sua organização sindical. Com uma concepção *classista*, lutamos para a defesa das reivindicações dos trabalhadores se dar de forma articulada à luta pelos interesses históricos da classe. Nesse sentido, a ação de nossos sindicatos tem como horizonte a conquista de uma sociedade mais justa, democrática e socialista.

Essa concepção exige uma prática radicalmente democrática, capaz de assegurar a mais ampla participação das massas de trabalhadores nas tomadas de decisões pelas suas instâncias organizativas,



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

com o objetivo de garantir que a pluralidade de opiniões não se restrinja aos pontos de vista das correntes ideológicas organizadas em grupos e/ou partidos políticos que atuam no movimento sindical. Somente com a participação ativa e ampla dos trabalhadores asseguraremos de fato a democracia e, conseqüentemente, a pluralidade de opiniões e a implementação das decisões.

Para essa concepção e prática sindicais se realizarem plenamente é fundamental garantir a *independência* e *autonomia* das organizações e mobilizações sindicais frente ao Estado, patrões e partidos políticos. A força da CUT, como central sindical, está em sua capacidade de conseguir a participação dos trabalhadores e trabalhadoras e em sua capacidade de imprimir às lutas um caráter classista e de massas na conquista dos interesses imediatos e históricos da classe.

Esses princípios fizeram com que a CUT, já em seu congresso de fundação (agosto de 1983), adotasse a luta contra a estrutura sindical, corporativa e atrelada ao Estado como uma questão estratégica. O plano de ação aprovado destacou a luta por liberdade e autonomia sindicais, pelo fim do imposto e unicidade sindicais, do poder normativo da Justiça do Trabalho, das intervenções do Ministério do Trabalho e a revogação da Lei Antigreve.

As Convenções da OIT sobre Liberdade e Autonomia Sindicais (87

– Liberdade Sindical; 98 – Direito de Sindicalização; 135 – Representação no Local de Trabalho; 141— Organização dos Trabalhadores Rurais; 151 – Organização dos Trabalhadores da Administração Pública) traduzem as bases fundamentais do projeto cutista para a reforma da atual legislação.

A estratégia estabelecida no Congresso de 1983 e no 1º Concut, em 1984, para a construção da CUT e, conseqüentemente, a destruição da estrutura sindical oficial, indicou a necessidade de conquistarmos os aparelhos sindicais de base, que, apesar de pertencerem à estrutura sindical oficial, se constituíam em instituição de representação reconhecida pelos trabalhadores. Portanto, a construção de um modelo de organização sindical alternativo, livre e autônomo, deveria taticamente passar por dentro da estrutura sindical oficial.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

É a partir dessa tática que passamos a reconhecer as oposições sindicais atuantes, permitindo que participassem dos congressos da Central nas mesmas condições que os sindicatos. Priorizamos nossa intervenção nas bases dos sindicatos sob o controle dos pelegos e reformistas, criando e apoiando as oposições sindicais. E em cada sindicato conquistado incentivamos a direção a promover práticas democráticas e de luta que explorassem os limites da legislação vigente.

Se a atuação da CUT por dentro da estrutura sindical oficial representou e ainda representa uma estratégia política com o objetivo de substituir a estrutura sindical corporativa e antidemocrática por um modelo de organização sindical livre e autônomo, construído pelos trabalhadores, a relação dos sindicatos oficiais com a estrutura organizativa da CUT, como entidades filiadas, não pode ser interpretada como um modelo definitivo e acabado. Assim, a opção de atuar por dentro da estrutura sindical oficial não pode em nenhum momento ser interpretada como mudança no compromisso assumido, em 1983, por aqueles que ousaram e fundaram a CUT, como uma central sindical livre e autônoma.

Os avanços obtidos na legislação sindical promovidos em 1988, que estabeleceu a liberdade para a criação de entidades sem prévia autorização do Estado, que também deveria afastar qualquer possibilidade de interferência direta do Estado nas organizações sindicais, se mostraram ineficientes para garantir o livre direito de luta do trabalhadores. Exemplo disso foi a intervenção, via Justiça, que o governo praticou nos Sindicatos dos Petroleiros.

O direito à criação de sindicatos sem a prévia autorização do Estado e a manutenção dos elementos básicos da legislação fascista de Vargas, como o corporativismo, a unicidade sindical, a contribuição compulsória e o poder normativo da Justiça do Trabalho, têm levado à mais absurda fragmentação do movimento sindical. Segundo dados do Ministério do Trabalho, existem hoje mais de 16 mil sindicatos registrados, e se considerarmos as entidades sob disputa judicial esse número sobe para mais de 20 mil. No período anterior a 1988 o número de sindicatos não ultrapassava 6.000.

O cerceamento à liberdade sindical imposto pela unicidade impede a construção da unidade dos



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

trabalhadores e promove a fragmentação das organizações sindicais. A unicidade sindical não permite que a CUT venha colocar-se como alternativa de organização para milhares de trabalhadores em todo o território nacional. Exemplo disso são os trabalhadores do comércio, da construção civil e os metalúrgicos da cidade de São Paulo.

Ao contrário das resoluções que têm sido aprovadas em diferentes Congressos da CUT, que orientam os sindicatos a construir processos de unificação, a fragmentação sindical tem sido também uma realidade no campo da CUT. Os números do cadastro nacional da CUT mostram que os 623 sindicatos filiados no período de 1983 a 1989 representavam em média 2.500 sócios quites, enquanto nos dois períodos em que dividimos a década de 1990 (1990-1994 e 1995-2000) a média cai para 1260 e 995, respectivamente.

No 3º Concut, realizado em Belo Horizonte, em 1988, quando se consolidou um processo de elaboração sobre a concepção e prática sindicais defendidas pela CUT, os congressistas aprovaram, também, a necessidade de a Central “avançar na consolidação orgânica em nível nacional, impulsionar a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e assumir como tarefa política concreta a conquista da liberdade sindical. Para superar esses desafios é preciso impor-se na prática, como alternativa de organização sindical, dos trabalhadores frente à estrutura sindical oficial”.

Apesar da resistência dos setores conservadores existentes no movimento sindical, nestes mais de dez anos diferentes ramos produtivos dentro da CUT vêm avançando na construção de formas organizativas independentes da estrutura sindical oficial, fazendo com que a Central Única dos Trabalhadores desenvolva sua estrutura organizativa também em nível vertical.

A consolidação da CUT como uma central sindical que constitui sua estrutura organizativa a partir de instâncias de representação no local de trabalho ainda é o grande desafio do movimento sindical inserido no projeto que defende a construção de uma sociedade mais justa, democrática e socialista.

Diferentemente das experiências das centrais sindicais do passado e das outras centrais existentes no Brasil que constituem organizações de articulações de sindicatos e federações oficiais, a CUT se propõe a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

ser uma organização unitária dos trabalhadores que busca representar e organizá-los desde o local de trabalho. Para atingir esse objetivo histórico no campo da organização sindical, este 7º Concut aprova resoluções que, de um lado, permitam o desenvolvimento de ações políticas para pressionar o governo e o parlamento a ratificar a Convenção 87 da OIT e, de outro, incentivem os diferentes ramos produtivos a desenvolver experiências de organização sindical, considerando sempre a realidade e a unidade nacional de cada ramo, os princípios e as orientações da Central e o fortalecimento da estrutura organizativa da CUT.

Defesa dos direitos e liberdade e autonomia sindicais

Considerando a generalização do processo de desregulamentação da contratação, representado pela terceirização, pelo retorno ao trabalho doméstico e pelo surgimento de cooperativas de mão-de-obra, entre outros.

Considerando que a atual legislação sindical (unicidade por categoria profissional) tem incentivado a pulverização dos sindicatos e do processo de negociação coletiva.

Considerando que a ação governamental tem incentivado a flexibilização de direitos. Nessa lógica são editadas medidas para retirar direitos trabalhistas, como no caso do Contrato por Tempo Determinado, entre outras, e reduzida drasticamente a ação fiscalizadora do Estado (sucateamento da estrutura do Ministério do Trabalho).

7º Concut decide:

Colocar as bandeiras de Defesa dos Direitos Trabalhistas e a Luta por Liberdade Sindical e Autonomia no centro das mobilizações por meio das seguintes ações:

1) Realizar uma ampla campanha pela ratificação e/ou plena vigência das seguintes Convenções da OIT: 87 (liberdade sindical), 111 (não discriminação no mercado de trabalho), 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública), 158 (contra demissão imotivada); e pela regulamentação da 135 (representação no local de trabalho) e em defesa da organização e da liberdade sindicais como legítimo



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

instrumento de defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Os nossos sindicatos, nossas assessorias jurídicas e os parlamentares que defendem os trabalhadores precisam tomar conhecimento das Convenções e de outros mecanismos da OIT e utilizá-las em contraposição aos ataques dos empresários, da mídia e do governo, buscando conquistar o apoio da opinião pública para a preservação e ampliação dos direitos sociais conquistados em 1988. Nosso objetivo é avançar na conquista de direitos, representados pela Convenção 87 (liberdade e autonomia sindicais), Convenção 158 (proíbe a demissão imotivada), 151 (direito de negociação ao setor público), que constituem um padrão de justiça e modernidade social que interessa à maioria da sociedade e é oposto ao projeto neoliberal.

2) Encaminhar uma campanha pela revogação das punições de sindicalistas e a revogação do conjunto dos artigos da CLT representativos do entulho autoritário (inclusive o art. 522 da CLT).

3) Intensificar os esforços para conquistar avanços na legislação sindical e trabalhista. Essa luta não deve restringir-se só a movimentos de resistência às propostas do governo. Devemos nos opor particularmente às tentativas de retirada de direitos do artigo 7º da Constituição, mas devemos também apresentar propostas da CUT, buscando a constituição de uma frente de aliados na sociedade que nos permita viabilizar tais mudanças.

4) Consolidar a Estrutura Sindical Cutista Implementado as Seguintes Diretrizes:

a) Indicar para os ramos a construção de sindicatos nacionais com mandato para negociar e celebrar contratos que regulem as relações de trabalho de um determinado ramo de atividade, com vigência em todo o território nacional; os ramos devem organizar não só os trabalhadores da “categoria”, mas também os terceirizados, temporários, trabalhadores de tempo parcial, mercado informal, membros de cooperativas de mão-de-obra, que estejam na sua base de representação. Particular atenção deve ser dada à organização das mulheres trabalhadoras, que são em geral a maioria entre os trabalhadores com contratos precários; em suma, a CUT e seus sindicatos devem procurar organizar desde os setores mais tradicionais aos mais



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003


AJUDA


SAIR

marginalizados entre os trabalhadores.

A construção de sindicatos nacionais de ramo é um objetivo estratégico da Central, mas não é uma “camisa-de-força” burocrática para a organização da estrutura vertical da Central. Deve respeitar a realidade e a autonomia de cada ramo de atividade, estando atenta às tradições do movimento, ao acúmulo de discussões, à estrutura empresarial do setor e, principalmente, garantir a construção de estruturas democráticas, com a participação/representação de todos os segmentos produtivos do ramo e a soberania dos trabalhadores no controle da gestão e do processo decisório.

b) Retomar o debate sobre quantos e quais são os ramos de atividade econômica da estrutura sindical proposta pela CUT, por meio da constituição de um coletivo com representantes de todas as entidades nacionais orgânicas ou filiadas, conforme deliberado na última plenária.

c) A Secretaria Nacional de Organização deverá coordenar o processo de constituição do ramo Comunicação e Informação, que agregue a Informática e Telecomunicações (cujas entidades nacionais estão se unificando) com jornalistas, radialistas e outras categorias ligadas à comunicação. E apoiar as definições aprovadas nos congressos/plenárias dos ramos, que têm autonomia para constituir suas estruturas e Estatutos, respeitando os princípios e as definições estatutárias da CUT.

d) A organização de um Sindicato Nacional de Aposentados e Pensionistas é outro desafio da CUT para o próximo triênio. Esse sindicato deve ser um espaço de organização autônoma, reunindo os trabalhadores aposentados e pensionistas que optarem pela sua organização própria, respeitando as atuais organizações sindicais, que particularmente após a Constituição Federal de 1988 têm contado com muitos trabalhadores aposentados e pensionistas filiados.

e) Priorizar a organização no local de trabalho.

O sindicalismo brasileiro tem, entre suas debilidades estruturais, a fraca inserção nos locais de trabalho. A legislação corporativista não garante nenhum direito de organização no local de trabalho. A garantia da implantação do sindicalismo cutista nos locais de trabalho depende da nossa capacidade de influenciar a



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

correlação de forças geral na sociedade, em cada local de trabalho, e nos ramos de atividade, explorando todos os caminhos a serem percorridos” – legais, como uma legislação específica sobre o direito de organização no local de trabalho (regulamentando a aplicação da Convenção 135 da OIT), ou pela mobilização dos trabalhadores, como foi o caso das Comissões de Fábrica na década de 1980, para garantir a implantação do sindicalismo cutista nos locais de trabalho.

Os sindicatos cutistas devem dar prioridade à disputa por hegemonia no local de trabalho, utilizando-se de todos os espaços possíveis de organização, como as CIPAs, Comissões de PLR, delegados sindicais e as Comissões de Fábricas, entre outros.

Além disso, propomos para a discussão na estrutura vertical a organização do “delegado sindical”, eleito diretamente pelos sindicalizados do local de trabalho/empresa, em comissões de base orgânicas aos sindicatos da CUT, por local de trabalho/empresa. Os Estatutos dos sindicatos devem prever essa organização de base e garantir sua participação em instâncias de direção da entidade.

Além das comissões de base de sindicalizados, organicamente ligadas aos sindicatos, indica aos ramos a negociação de convenções e/ou acordos coletivos para constituição de uma estrutura unitária dos locais de trabalho (OLT). Essa estrutura deve reunir sindicalizados e não sindicalizados, como mecanismo para garantir a unidade dos trabalhadores em seu local de trabalho.

f) Revigorar a estrutura horizontal cutista.

Para a construção de uma Central classista, é preciso fortalecer a estrutura horizontal nos Estados e regiões. É ela que representa os laços de solidariedade e união da classe para além das categorias e dos ramos. Para isso o 7º Congresso indica uma série de ações concretas para as seções estaduais e delega para a próxima Direção Executiva a responsabilidade de estruturá-las e articulá-las, política e financeiramente:

Reforçar as ações de solidariedade de classe, intensificando as iniciativas em apoio às lutas desenvolvidas pelas entidades filiadas;



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Participar ativamente da organização e assessoria às campanhas de todos os sindicatos da CUT na região, estreitando as relações entre os sindicatos e as Estaduais da CUT, atuando com as direções dos sindicatos nos processos de negociação com os patrões e governos;

As Estaduais da CUT devem desenvolver esforços para abrigar em sua sede organismos estaduais dos ramos, possibilitando a ampliação de estruturas solidárias (rateadas). Devem ainda organizar nas sub-regiões estruturas solidárias entre sindicatos cutistas, implantando as Estaduais da CUT em todas as regiões do seu respectivo Estado.

Buscar acentuar e ampliar as alianças com outros setores sociais. Nas políticas sociais implementamos, de maneira crescente, uma estratégia de alianças com o movimento social, abrindo consideravelmente os espaços de atuação política da CUT.

Desenvolver ações sindicais voltadas à sensibilização e à capacitação de dirigentes sindicais, objetivando a construção de um sindicalismo cidadão. A intervenção do movimento sindical nos Conselhos Setoriais (saúde, criança e adolescente, assistência social, previdência, educação, combate à discriminação racial, entre outros) resultou em conquistas significativas. Com o movimento social incentivou-se a participação e interlocução dos dirigentes sindicais com as entidades que tratam dos temas de políticas sociais, nas organizações e fóruns desse segmento, tais como: coletivo/comissões de saúde, trabalho e meio ambiente; aposentados e pensionistas; juventude; direitos da criança e do adolescente; contra a discriminação racial.

O 7º Concut decide ainda estabelecer as seguintes normas básicas para o Estatuto dos Sindicatos:

- a) Teto de três anos para mandatos sindicais;
- b) Simultaneidade nas eleições de representantes de base e das direções sindicais;
- c) Aprovação obrigatória das contas dos sindicatos em assembléias gerais ou outra instância de representação de base;
- d) Basear a arrecadação do sindicato nas taxas voluntárias, cobrando um percentual mínimo de 1% da



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



renda mensal do trabalhador assalariado e taxa mínima de 1% do salário médio da categoria/ramo para autônomos. Esse é um passo necessário para a independência dos sindicatos frente a qualquer taxa compulsória;

e) Prever nos Estatutos dos sindicatos uma organização de base/local de trabalho e garantir sua participação em instâncias de direção da entidade, a exemplo dos Conselhos de Representantes existentes em vários sindicatos da base da CUT.

f) O prazo para a incorporação pelos sindicatos filiados das normas básicas já aprovadas na 9ª Plenária é o próximo Concut. Assim sendo, a incorporação das normas básicas torna-se condição para a participação no 8º Concut.

Atualizar o Estatuto da CUT

O 7º Concut decide:

A Direção eleita neste congresso deve assegurar que na 10ª Plenária Nacional da CUT seja discutido e aprovado um roteiro contendo os temas necessários para a realização de uma reforma no Estatuto da Central, visando a sua atualização frente ao atual estágio da construção da CUT e das condições das relações de trabalho.

Deverá ainda a Direção Nacional, com base na mais ampla consulta junto aos sindicatos e suas instâncias orgânicas, preparar uma proposta de reforma estatutária que deverá ser remetida aos mesmos sindicatos e instâncias para que sejam discutidas e apresentadas suas contribuições antes de sua aprovação no 8º Congresso na CUT.

Finanças

Considerando o objetivo de fortalecer a CUT e o retorno à vida da Central dos sindicatos inadimplentes.

O 7º Concut decide:

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR

Estabelecer o prazo de até 30 de novembro de 2000 para o cálculo das dívidas existentes até 30 de setembro de 2000 com a CUT Nacional, estaduais e ramos. A dívida será calculada tendo como base a mensalidade, imposto sindical e taxa de sustentação, na realidade atual da categoria e sua arrecadação, ou seja, se houver diminuição da base e arrecadação, a dívida será diminuída proporcionalmente.

Que os sindicatos que pagarem 30% das dívidas anteriores, efetuando o pagamento das mensalidades a partir de 1º de outubro, com 3% a mais, ou seja, 13% das mensalidades estatutárias, serão considerados aptos para participar da vida da CUT, desde que mensalmente paguem regularmente a CUT. A quitação dos 30% da dívida anterior deverá ser feita até o 8º Concut.

Que os sindicatos inadimplentes que não retornarem à vida da CUT dentro das condições estabelecidas nos itens 1 e 2 estarão obrigados a saldar seu débito anterior integralmente.

Recadastramento dos sindicatos filiados

O 7º Concut decide:

Que a Executiva Nacional da CUT constitua entre seus membros uma Comissão Plural com a tarefa de realizar até 31 de maio de 2001 um recenseamento geral de todas as entidades filiadas à CUT, com o objetivo de identificar a situação financeira e a representação de cada uma das entidades. Os critérios a serem utilizados para o trabalho da Comissão serão estabelecidos pela Executiva Nacional, que terá também a função de garantir o acesso às informações, acompanhar e orientar o trabalho da referida Comissão. O resultado desse trabalho será divulgado a todos os membros da Executiva Nacional, das Executivas Estaduais e dos Ramos.

Nesse mesmo período deverão também ser desenvolvidos estudos sobre a sustentabilidade da CUT e a capacidade econômica de contribuição de suas entidades filiadas.



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE





Processo de filiação à CUT

Considerando a importância do conhecimento dos princípios e as resoluções da CUT pelos sindicatos filiados e para que o processo de filiação ocorra por meio do mais amplo debate com as bases.

O 7º Concut decide:

Que o prazo de filiação de novos sindicatos para a participação nos Congressos da CUT deve ser efetivado até o mês de setembro do ano anterior aos Congressos Estaduais e Nacional da CUT.

Que antes da assembléia de filiação toda a direção do sindicato deverá passar por seminários prévios a fim de conhecer os princípios e normas básicas da CUT e suas principais resoluções.

Estrutura organizativa do setor público

Considerando que os servidores públicos hoje somam mais de 5 milhões de trabalhadores e que representam mais de 20% dos trabalhadores representados nos sindicatos filiados à CUT.

O 7º Concut decide:

Que a Direção Executiva eleita deverá organizar com as entidades filiadas do setor público uma Campanha pela Ratificação da Convenção 151 da OIT, que trata do direito de sindicalização e negociação coletiva dos servidores públicos.

Essa Campanha deverá organizar ações concretas para forçar a abertura de negociações no setor público;

A Campanha deverá ainda pautar o tema do funcionalismo público como um dos prioritários dentro da CUT; para tanto é de fundamental importância o envolvimento do conjunto das categorias e ramos produtivos organizados na CUT, principalmente dos servidores e suas organizações sindicais, criando espaços como fóruns estaduais e nacional que abordem temas como saídas para a crise do setor público, a necessidade desses serviços, crise fiscal, leis de responsabilidade fiscal etc.

A Campanha atuará com o Fórum Nacional de Luta, Conselho de Políticas Públicas, OIT, Congresso

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Nacional, entre outros, com o objetivo de ampliar a luta do funcionalismo e garantir ou preservar os interesses e necessidades dos servidores e dos serviços à população.

Setor metalúrgico

Protocolo de intenções

Considerando o processo em andamento no ramo metalúrgico da CUT que aponta para uma nova forma de organização.

Considerando a necessidade de garantir um processo plural e democrático, característico da nossa Central.

Considerando ainda o objetivo de construirmos uma CUT unitária, que privilegie a construção da organização a partir do local de trabalho até alcançar as organizações nacionais.

É nosso compromisso:

Durante o processo de discussão da implantação do Sindicato Nacional dos Metalúrgicos, os sindicatos de metalúrgicos que não tiverem aderido ao Sindicato Nacional terão mantida sua filiação à CNM.

Durante o processo de transição, isto é, enquanto não houver uma definição estatutária no ramo e na CUT alterando a representação metalúrgica nacional, o Sindicato Nacional dos Metalúrgicos em questão deverá ser filiado à CNM, sem prejuízo de outras experiências de unificação dos sindicatos.

Caberá à Executiva Nacional da CUT acompanhar esse processo, buscando garantir regras democráticas e transparentes, a unidade da CUT e a unidade e autonomia do ramo.

Não poderá haver construção de representação na base de outro sindicato filiado.

Assinam este documento: Antônio Balbino, Carlúcio Castanha, Eliezer Tavares, Heiguiberto Guiba Navarro, Jair Mussinato, José Carlos Prates, José Maria de Almeida e Paschoal Carneiro.

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUIE



EXECUTIVA NACIONAL

GESTÃO 2000/2003

João Antonio Felicio – APEOESP – SP

Presidente

Mônica Valente – Sindsaúde – SP

Vice-presidente

Carlos Alberto Grana – STI Metalúrgicas do ABC – SP

Secretário-geral

Remigio Todeschini – STI Químicas e Petroquímicas do ABC – SP

Primeiro secretário

João Vaccari Neto – Sind. Bancários – SP

Tesoureiro

José Maria de Almeida – STI Metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem – MG

Primeiro tesoureiro

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Kjeld A. Jakobsen – STI Eletricárias de Campinas – SP
Secretário de Relações Internacionais

Gilda Almeida – Sind. Farmacêuticos de SP
Secretária de Política Sindical

Altemir Antônio Tortelli –Sind. Trab. Rurais de Jacutinga – RS
Secretário de Formação

Sandra Rodrigues Cabral – Sind. Trab. Educação de GO
Secretária de Comunicação

Pascoal Carneiro – STI Metalúrgicas de Salvador— BA
Secretário de Políticas Sociais

Rafael Freire Neto – APEOESP – SP
Secretário de Organização

DIRETORIA EXECUTIVA:

Elisângela dos Santos Araújo

– Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos – BA

José Jairo Ferreira Cabral

– Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados – PE

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



Lúcia Regina dos Santos Reis

– Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luzia de Oliveira Fati

– Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém – PA

Maria Ednalva Bezerra de Lima

– Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Paraíba

Rita de Cássia Evaristo

– Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem— MG

Lujan Maria Bacelar de Miranda

– Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí

Jorge Luiz Martins

– Sindicato dos Sapateiros de Franca

Júnia da Silva Gouvêa

– Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Estado de São Paulo

Temístocles Marcelo Neto

– Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Minas Gerais

Gilson Luís Reis

– Sindicato dos Professores de Belo Horizonte

Wagner Gomes

– Sindicato dos Metroviários de São Paulo— SP

Júlio Turra

– Sindicato dos Professores do ABC – SP

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



SUPLENTES

Aldanir Carlos dos Santos

– Sindicato dos Eletricitários do Rio de Janeiro –RJ

Francisco Alano

– Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis

José Gerônimo Brumatt

– Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo

Wanderley Antunes Bezerra

– Sindicato dos Petroleiros do Ceará

Mônica Cristina Custódio

– Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro – RJ

Rosane da Silva

– Sindicato dos Sapateiros de Ivoti – RS

Dirceu Travesso

– Sindicato dos Bancários de São Paulo – SP

CONSELHO FISCAL

Efetiva: Rejane Guimarães Pitanga

– Sindicato dos Professores de Brasília – DF

Efetivo: Donizete Gelinski

– Sindicato dos Trabalhadores em Laticínios e Carnes de Carambeí – PR

Efetivo: Francisvaldo Mendes

– Sindicatos dos Bancários de São Paulo – SP

Suplente: Pedro Armengol de Souza

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



- Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de União – PI
Suplente: Antonio Luís F. Guimarães
- Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus – AM
Suplente: Neiva Lazzaroto
- Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





DELEGAÇÕES INTERNACIONAIS

ORIT/CIOSL

Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores/
Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres

Luiz Anderson

Secretário-geral

ICEM

Federação internacional dos sindicatos do ramo químico, da energia e das minas

Roque Silva

PAÍSES

ÁFRICA DO SUL

COSATU

Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos

Alinah Ranisoalase

Membro da Executiva

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



ALEMANHA

DGB

Confederação Alemã de Sindicatos

Juergen Eckl

Adido Trabalhista no Brasil e no Chile

ANGOLA

UNTA

União Nacional dos Trabalhadores da Angola

Manuel C. da Silva Neto

Presidente

Mário de Jesus R. da Rocha

Secretário de Relações Internacionais

ARGENTINA

CGT

Confederação Geral dos Trabalhadores

Enrique Venturini

Secretário-geral

Federação do Comércio

Jorge Vaneiro

Secretário de Assuntos Internacionais

Eduardo San Roman

Assessor



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CTA

Central de Trabajadores Argentinos

Victor De Genaro

Secretário-geral

Eduardo Menajovisk

Secretário de Relações Internacionais

UOM-CGT

União Obrera Metalúrgica

Raul Oviedo

Diretor

Eduardo Maruá

Diretor

CANADÁ

CLC

Congresso dos Trabalhadores do Canadá

Hassan Yussuf

Vice-Presidente

Stephen Benedict

Departamento Internacional

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





CSN-QUÉBEC

Confederação dos Sindicatos Nacionais

Roger Valois

Vice-presidente

Robert Lachance

Coordenador do Departamento de Sindicalização

CHILE

CUT

Central Unitária dos Trabalhadores

Etiel Moraga Contreras

Presidente

CHINA

ACFTU

Federação dos Sindicatos da China

Zhang Guoxian

Secretário de Relações Internacionais

Xu Ke

Intérprete

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



CUBA

CTC

Confederação dos Trabalhadores Cubanos

Francisco D. Harvey

Segundo secretário

José Miguel Hernandez

Assessor

DINAMARCA

LO

Confederação Dinamarquesa de Sindicatos

Hans Jensen

Membro do Secretariado

Eric Nielsen

Responsável pela América Latina

ESPANHA

CC.OO.

Confederação Sindical de Comissões Operárias

Laureano Cuervo

Representante para a América Latina da Secretaria de Relações Internacionais



CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





ESTADOS UNIDOS

AFL-CIO

Federação Americana do Trabalho – Congresso das Organizações Industriais

Willian Lucy

Vice-presidente

Stanley Gacek

Responsável pela América Latina

Bem Davis

Diretor do Centro de Solidariedade nos EUA

Carolyn Kazdin

Responsável pelo Centro de Solidariedade no Brasil

UGT

União Geral dos Trabalhadores

Joseba Echebaria

Responsável pela América Latina na Secretaria de Relações Internacionais

CIG – GALÍCIA

Confederação Intersindical Galega

Xesus R. Gonzales Boan

Departamento Internacional

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





FRANÇA

CGT

Confederação Geral dos Trabalhadores

Françoise Daphins

Secretária

Helene Bouneaud

Departamento Internacional

FORCE OUVRIÈRE

Força Operária

Raquel Garrido

Assistente Confederal do Setor Internacional

CFDT

Confederação Francesa Democrática do Trabalho

Jean François Troglic

Secretário de Relações Internacionais

Evelyne Pichenot

Representante Internacional para a América Latina

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





HOLANDA

FNV

Confederação Holandesa de Sindicatos

Henk Van Der Kolk

Secretário

Jeroen Strengers

Departamento Mundial

HONDURAS

CUT

Central Unitária dos Trabalhadores

Gloris Koritza Diaz

Representante do Setor Magisterial

HUNGRIA

LIGA

Confederação Democrática de Sindicatos Independentes

Istvan Gasko

Presidente

Erika Koller

Departamento Internacional

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





INDONÉSIA

SBSI

Rekson Silaban

Vice-presidente

ITÁLIA

CGIL

Confederação Geral Italiana do Trabalho

Giuseppe Casadio

Secretário Confederal

Nana Corossacz

Departamento Internacional

Pierfranco Carnero

Representante da CGIL no Brasil

Nicola Nicolosi

Membro da Executiva

CISL

Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores

Giuseppe Juliano

Departamento Internacional

Enrico Giusti

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





MÉXICO SNTSS

Sindicato Nacional de Trabalhadores do Instituto Mexicano do Seguro Social

Enrique Danniells Barrera

Secretário de Ação Política

Antulio Laguna

Assessor

FAT

Frente Autônoma de Trabalhadores

Antonio Villalba

Membro da Executiva

PANAMÁ CONVERGÊNCIA SINDICAL

Luiz Gonzales

Membro da Executiva

POLÔNIA OPZZ

Aliança de Sindicatos da Polônia

Josef Wianderny

Presidente

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





PORTUGAL

UGT

União Geral dos Trabalhadores

João Proença

Secretário-geral

CGTP-IN

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional

Ulisses Garrido

Membro da Comissão Executiva

TRINIDAD E TOBAGO

NUGFW

James Lambert

Presidente

URUGUAI

PIT/CNT

Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional dos Trabalhadores

Carlos Ures

Presidente

Eduardo Fernandez

Secretário de Relações Internacionais

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE





Oscar Lopez

Membro da Executiva Nacional

VENEZUELA

CTV

Confederação dos Trabalhadores da Venezuela

Pero Natera

Presidente da Federação dos Trabalhadores da Saúde

Argenis Marques

Presidente da Federação dos Trabalhadores das Comunicações

OUTRAS ENTIDADES PRESENTES

Consulado dos Estados Unidos em São Paulo

Mark Mittelhauser

Adido Trabalhista

Alternatives – Canadá

Benjamin Lachance

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Fernando Serrano

Gerardo Castillo

José Olívio Miranda de Oliveira

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



FES-Ildes
Antônio Carlos Granado

Universidade Cornell
– EUA

Michel Ristorucci

CENTRAL
ÚNICA DOS
TRABALHADORES
1983 - 2003



AJUDA



SAIR



BUSCA NESSE DOCUMENTO



ÍNDICE



VOLTA



SEGUE



QUADRO GERAL DO CONGRESSO

Estado	Total de delegados	Mulheres	Homens
Acre	13	4	9
Alagoas	36	18	18
Amazonas	25	7	18
Amapá	4	1	3
Bahia	294	74	220
Ceará	114	28	86
Brasília	87	19	68
Espírito Santo	26	3	23
Goiás	30	15	15
Maranhão	46	22	24
Mato Grosso do Sul	16	2	14
Mato Grosso	16	7	9
Minas Gerais	163	54	109
Pará	81	22	59
Paraíba	46	14	32
Pernambuco	125	42	83
Piauí	36	17	19
Paraná	38	12	26
Rio de Janeiro	222	56	166
Rio Grande do Norte	53	13	40
Rio Grande do Sul	182	67	115
Rondônia	21	6	15
Roraima	4	3	1
Santa Catarina	77	23	54
Sergipe	17	3	14
São Paulo	530	161	369
Tocantins	7	4	3
Total	2309	697	1612
Nº de entidades participantes: 1.388			